



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**



# AGENDA ESTRATÉGICA PARA O COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP





# AGENDA ESTRATÉGICA PARA O COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ  
CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS  
(Organizadores)

# AGENDA ESTRATÉGICA PARA O COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o  
Desenvolvimento do Estado do Ceará

Fortaleza – Ceará  
2014

# FICHA TÉCNICA

Copyright – © 2014 by INESP

**CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E ASSUNTOS  
ESTRATÉGICOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO CEARÁ – CAECE**

## **EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

### **Coordenação geral**

Francisco Lopes Viana

### **Equipe técnica de elaboração**

Rosana Garjulli Sales Costa (Coord. Técnica)  
Francisco Carlos Bezerra e Silva (Organização)  
Antonio Martins da Costa

### **Colaboradores**

Alessandra Romano  
Daniel Pordeus  
Julian Quintana  
Maria Taciane Lima Araújo  
Marilda Rocha  
Paulo Haus  
Paulo Celso Melo  
Raimundo Barroso Lutif Fº  
Sandra Valeria Macedo  
Sônia Sousa de Andrade  
Valéria Santos Bezerra  
Vânia M. R. Simões Teixeira  
Victor Saboya

### **Apoio administrativo**

Flávia Vasconcelos Diógenes  
Paulo Sérgio dos Santos Carlos  
Ronaldo Mota  
Tânia Maria Rodrigues de Pinho

### **Jornalista responsável**

Angela Marinho – (MtB CE 686JP)

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS  
SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ – INESP**

### **Coordenação editorial**

José Ilário Gonçalves Marques

### **Assistente editorial**

Andrea Fernandes Melo

### **Projeto gráfico, diagramação e capa**

Valdemice Costa de Sousa (Valdo)

### **Revisão**

Lúcia Jacó Rocha

### **Ilustrações**

Napoleão Torquato Maia

### **Imagens**

Banco de imagens do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – CAEAE

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento - CRB-3/1023

---

A265 Agenda estratégica para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP / Assembleia Legislativa do Ceará, Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos. – Fortaleza: INESP, 2014. 131p.

ISBN

1. Portos, Pecém, Ce. 2. Complexo Industrial e Portuário do Pecém. I. Ceará, Assembleia Legislativa. Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos.

CDDdir. 387.1

---



**MESA DIRETORA  
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO CEARÁ  
(2013 – 2014)**

**Presidente**

Dep. José Albuquerque

**1º Vice-Presidente**

Dep. Tin Gomes

**2º Vice-Presidente**

Dep. Lucílio Girão

**1º Secretário**

Dep. Sérgio Aguiar

**2º Secretário**

Dep. Manuel Duca

**3º Secretário**

Dep. João Jaime

**4º Secretário**

Dep. Dedé Teixeira

**SUPLENTES**

**1º Suplente**

Dep. Ely Aguiar

**2º Suplente**

Dep. Ferreira Aragão

**3º Suplente**

Dep. Sineval Roque

**CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS  
E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS  
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO CEARÁ**

**Titulares**

Dep. Lula Morais (presidente)

Dep. Dedé Teixeira

Dep. Sérgio Aguiar

Dep. Eliane Novais

Dep. Professor Teodoro

Dep. Roberto Mesquita

Dep. Heitor Férrer

Eng. Francisco Viana (secretário executivo)

**Suplentes**

Dep. Augustinho Moreira

Dep. Fernanda Pessoa

Dep. Ronaldo Martins

Dep. Carlomano Marques

Dep. Júlio César Filho

Dep. Professor Pinheiro

Dep. Idemar Citó





## MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

*Deputado José Albuquerque*

*Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará*

O primeiro passo para a construção da Agenda Estratégica para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) foi dado no ano de 2012, com a pactuação do povo cearense, através de suas instituições, em torno da necessidade de elaboração de uma proposta comum ao desenvolvimento sustentável do empreendimento. Sua definição e apresentação à sociedade é de suma importância para que o CIPP cumpra o seu objetivo, em nome do desenvolvimento econômico e social do estado do Ceará.

A base do documento que ora se apresenta é uma nova etapa, diante da publicação feita anteriormente, o documento “Cenário Atual do Complexo Industrial e Portuário do Pecém”, resultado do I Encontro Estadual do Pecém, realizado em março de 2013, que contou com a participação da sociedade cearense. Representações de entidades e instituições públicas e privadas reuniram-se para identificar e discutir os grandes desafios que se deve enfrentar, para que o CIPP venha a ser o empreendimento idealizado e desejado por todos os cearenses. A publicação sobre o cenário atual do CIPP foi lançada por esta Casa, em maio deste ano de 2014, apresentando os sete desafios dos quais a presente Agenda Estratégica oferece propostas concretas para as soluções da problemática em foco.

A Agenda Estratégica para o CIPP, objeto de discussão do II Encontro Estadual do Pacto do Pecém, realizado em setembro de 2014, também, passou pelo debate democrático com a sociedade envolvida no processo. Oferece propostas e diretrizes para a implementação de ações em curto, médio e longo prazos, para que se possa alcançar a superação dos desafios a serem enfrentados para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém efetivar-se em sua plenitude.

O êxito do CIPP será possível, através da capacidade de organização social dos setores envolvidos. A participação democrática e o espírito comunitário presentes em todo esse processo, desde o seu nascedouro, quando o pacto começou a ganhar força, gera uma cadeia de interrelações positivas, capazes de oferecer importantes resultados. Vale aqui salientar a importância das forças locais envolvidas, permitindo a viabilidade de intervenções de políticas públicas e privadas, com o fortalecimento das relações sociais que embasam esse pacto de desenvolvimento.

A agenda propositiva para o Pacto do Pecém firma um compromisso capaz de superar as dificuldades identificadas para que o CIPP seja o indutor efetivo do desenvolvimento sustentável no estado do Ceará.



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	11
INTRODUÇÃO .....	15
<b>DESAFIO 1</b> – Elaborar e implantar um plano de gestão ambiental integrado e participativo que assegure a sustentabilidade do CIPP e do seu entorno.....	21
<b>DESAFIO 2</b> – Adequar as políticas sociais à dinâmica populacional da área do CIPP e entorno .....	41
<b>DESAFIO 3</b> – Implantar e complementar a infraestrutura básica em toda área de influência do CIPP.....	53
<b>DESAFIO 4</b> – Desenvolver políticas de atração, fixação e fortalecimento de cadeias produtivas no estado que sejam complementares ao CIPP .....	63
<b>DESAFIO 5</b> – Ajustar o descompasso entre oferta e demanda de mão de obra, bens e serviços. ....	73
<b>DESAFIO 6</b> – Integrar o Planejamento dos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia e do CIPP .....	81
<b>DESAFIO 7</b> – Aperfeiçoar o sistema de gestão com capacidade para desenvolver uma gestão compartilhada .....	91
SÍNTESE DAS AÇÕES PROPOSTAS ÀS INSTITUIÇÕES DO PACTO PELO PECÉM.....	105
LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS.....	119
LISTA DE PARTICIPANTES DAS OFICINAS POR DESAFIO ESTRATÉGICO.....	125



# APRESENTAÇÃO

A Agenda Estratégica para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e seu entorno é produto de um esforço coletivo de representantes de instituições públicas e privadas envolvidos direta, ou indiretamente no processo, coordenado pelo Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, voltado para contribuir com o desenvolvimento do empreendimento através da firmação de um Pacto pelo Pecém.

O Pacto pelo Pecém surgiu da iniciativa do Governo do Estado do Ceará em envolver o parlamento cearense na reflexão de caminhos para que o CIPP cumpra o seu papel de indutor do desenvolvimento do estado, potencializando os efeitos benéficos esperados, minimizando ou superando as ameaças a seus objetivos.

A construção do Pacto pelo Pecém teve início em 2012. O primeiro passo dado foi a realização de um seminário envolvendo técnicos, gestores públicos, representações do setor empresarial, da sociedade e os colaboradores do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos, visando a identificar os principais componentes da temática que envolvem a implantação do Complexo. Posteriormente, foram resgatados os processos, estudos e informações que culminaram com a elaboração de um documento intitulado “Iniciando o Diálogo”. A partir de então, se iniciaram as articulações e a definição de uma metodologia de construção do Pacto, de forma participativa e articulada com os mais diferentes setores e segmentos que interagem no CIPP e em seu entorno.

Após o lançamento do Pacto, foram realizadas reuniões setoriais agrupando instituições por natureza semelhante. Foram constituídos nove núcleos institucionais, que tiveram como tarefa refletir sobre o conjunto de questões voltadas para a visão institucional de cada uma delas sobre o CIPP. O processo desencadeou-se através da realização de nove oficinas, entre os meses de julho e agosto de 2012, com a participação de cerca de 80 instituições públicas, empresas privadas e entidades da sociedade civil.

Foram realizadas consultas, discussões e a busca do estabelecimento de consensos entre os diferentes setores e segmentos sociais, no contexto de um processo participativo, iniciado pela necessidade de aprofundar uma reflexão sobre os efeitos do CIPP, no desenvolvimento do estado do Ceará, integrando as dimensões de sua sustentabilidade. Este trabalho resultou na construção do documento “Cenário Atual do Complexo Industrial e Portuário do Pecém”.

Em março de 2013, 144 representações de 67 instituições reuniram-se no I Encontro Estadual do Pacto pelo Pecém, para discutir e aprovar o documento e identificar os grandes desafios que a sociedade cearense deverá enfrentar para que o CIPP venha a ser um empreendimento que promova o desenvolvimento e a justiça social para todos. O Encontro Estadual, ainda, apontou um conjunto de diretrizes orientadoras para o enfrentamento dos desafios. A publicação foi apresentada, formalmente, à sociedade no Plenário 13 de Maio, da Assembleia Legislativa, em maio de 2014. Estavam postos os sete desafios a serem enfrentados:

- desafio 1** - elaborar e implantar um plano de gestão ambiental integrado e participativo que assegure a sustentabilidade do CIPP e do seu entorno.
- desafio 2** - adequar as políticas sociais à dinâmica populacional da área do CIPP e entorno.
- desafio 3** - implantar e complementar a infraestrutura básica em toda área de influência do CIPP.
- desafio 4** - desenvolver políticas de atração, fixação e fortalecimento de cadeias produtivas no estado que sejam complementares ao CIPP
- desafio 5** - ajustar o descompasso entre oferta e demanda de mão de obra, bens e serviços.
- desafio 6** - Integrar o Planejamento dos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia e do CIPP.
- desafio 7** - aperfeiçoar o sistema de gestão com capacidade para desenvolver uma gestão compartilhada.

Foi definida, como próximo passo, a construção da Agenda Estratégica para o CIPP, que ora se apresenta. Para a construção dessa agenda, técnicos e participantes da primeira etapa foram convidados a participar de oficinas para debater cada um dos Desafios Estratégicos, para elaborar uma Agenda Estratégica para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, indicando estratégias, programas e ações para superação dos desafios identificados na construção do Cenário Atual. As oficinas ocorreram no período de 29 de Julho a 07 de Agosto de 2014 e contaram com 165 participantes de 47 entidades.

No dia 3 de setembro de 2014, por ocasião do II Encontro Estadual do Pacto do Pecém, a versão preliminar foi revisada e aprovada.

---

No mesmo encontro, foram definidas, ainda, as estratégias de articulação dos três setores (público, empresarial e o terceiro setor) para o acompanhamento da implementação das ações e do modelo de gestão proposto.

A agenda está organizada por desafio, com uma contextualização inicial. Na sequência para cada diretriz são apresentadas as ações de curto médio e longo prazo, considerando curto prazo o previsto para ação no primeiro ano; médio em até três anos; e longo prazo com a perspectiva para até seis anos. Para cada ação são indicadas as instituições, ou entidades responsáveis pela coordenação e execução e a estratégia para implementação e monitoramento. Ao final, como resultante da sistematização das contribuições das demais oficinas ao desafio, é apresentada uma proposta de sistema de gestão integrada e participativa para o CIPP, além de um quadro resumo com a Agenda de Ações propostas às instituições do Pacto pelo Pecém.

Este documento objetiva orientar o encaminhamento de ações nos níveis público e privado para superação dos grandes desafios que deverão ser enfrentados pela sociedade cearense para que o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) se efetive, potencializando o desenvolvimento sustentável do seu entorno e do estado.



# INTRODUÇÃO

O pressuposto que orientou a proposta de criação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) está inserido no contexto das novas relações econômicas estabelecidas no capitalismo internacional e no escopo de um projeto estadual de desenvolvimento. Um dos objetivos é reestruturar o parque industrial cearense, a partir da promoção de atividades industriais estruturantes, cuja dinâmica irá repercutir em vários setores da economia cearense, colocando, portanto, o ritmo de crescimento e de desenvolvimento estadual em um novo patamar.

Nesse sentido, um dos eixos estratégicos do CIPP foi a construção de um terminal portuário, cuja retroárea compreenderia espaços destinados para funcionarem como Zona de Processamento de Exportação (ZPE), bem como área de atração de grandes empreendimentos, notadamente, nos setores petroquímico e siderúrgico. Essas indústrias motrizes serão o centro irradiador da nova dinâmica econômica projetada para o estado, baseada em produtos de maior conteúdo tecnológico e utilização de mão de obra mais qualificada, contribuindo, através das suas relações intersetoriais, para a formação de novas cadeias produtivas no âmbito da economia cearense.

As políticas públicas assumem um papel central nessa dinâmica, pois boa parte das ações necessárias para colocar o sistema econômico estadual em novo patamar é de responsabilidade do estado. O intento é tornar a economia cearense mais dinâmica e articulada aos circuitos econômicos nacionais e mundiais, vencendo os desafios para a melhoria de competitividade, uma condição essencial para gerar uma nova trajetória econômica e social no estado.

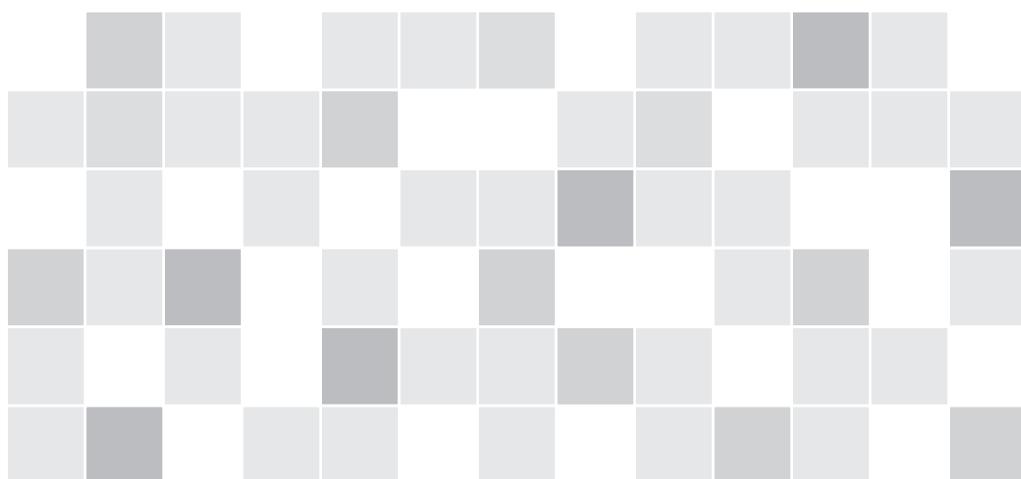
O aproveitamento das oportunidades que se vislumbram com o crescimento do CIPP requer um conjunto ordenado de ações, com envolvimento dos poderes públicos estadual e municipal, bem como da sociedade civil organizada. Essas ações devem ser efetivas no sentido de potencializar os impactos positivos e atenuar os efeitos perversos que colocam em risco tal evolução, especialmente sobre a economia e a população dos municípios que formam o complexo e seu entorno, afetados, de modo direto e imediato, pelo desenvolvimento do complexo.

A possibilidade de êxito do CIPP é condicionada não apenas por seu potencial econômico, mas, sobretudo, à sua capacidade de organização social, onde a participação democrática e o espírito comunitário têm uma correlação forte e positiva

---

com o desenvolvimento econômico local. Esse é um novo paradigma do desenvolvimento mais focado nas forças locais, relacionadas com as dimensões social e institucional, o que, certamente, abre um novo espaço de intervenção para as políticas públicas, que poderão explorar, mais intensamente as relações sociais de cooperação e de projetos de desenvolvimento dos membros da comunidade.

A apresentação desta Agenda Propositiva para o Pecém é fruto de intenso processo de interlocução com a sociedade local, poder público e setor privado. Tem como objetivo indicar proposições, estratégicas e compromissos no sentido de superar os desafios identificados e concretizar o CIPP como um indutor efetivo do desenvolvimento sustentável no estado do Ceará.

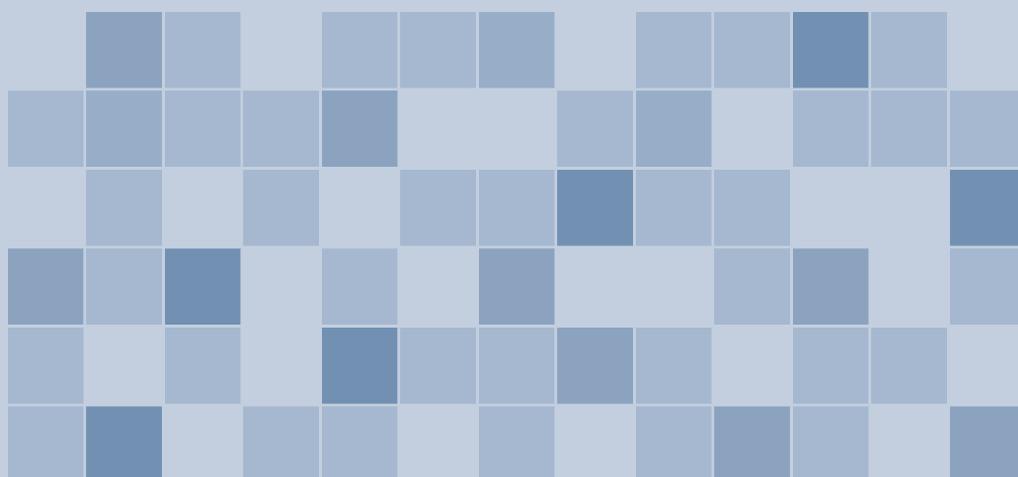


# ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS



# DESAFIO 1

ELABORAR E IMPLANTAR UM PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADO E PARTICIPATIVO QUE ASSEGURE A SUSTENTABILIDADE DO CIPP





## DESAFIO 01

### ELABORAR E IMPLANTAR UM PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADO E PARTICIPATIVO QUE ASSEGURE A SUSTENTABILIDADE DO CIPP

#### SÍNTESE

O Plano de Gestão Ambiental Integrado e Participativo (PGAI) para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) deverá elaborar, testar e implementar um modelo de gestão ambiental que promova a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais, através de ações integradas e participativas, envolvendo órgãos públicos, privados e a sociedade civil organizada. O modelo de gestão ambiental concebido no âmbito do PGAI/CIPP deverá ser baseado em ações compartilhadas de instituições em nível federal, estadual e municipal e terá como foco principal o controle e monitoramento das atividades com potencial degradador, ou poluidor, bem como a proteção de áreas representativas de ecossistemas através da criação e manejo de unidades de conservação.

A participação da população local no processo de elaboração do PGAI é fundamental, garantida por meio da realização de fóruns públicos estaduais e municipais, fortalecimento de conselhos municipais de meio ambiente, campanhas educativas temáticas, e informações sobre alternativas produtivas sustentáveis, entre outros.

#### CONTEXTO

A região litorânea onde se localiza o CIPP e sua área de influência caracterizam-se como um ambiente de intensa dinâmica marinha, eólica e fluvial. A ocupação das dunas, de áreas de preservação permanente à beira das lagoas, rios e praias, associada à falta de saneamento básico adequado, torna esses ecossistemas, extremamente, vulneráveis a potenciais riscos e impactos ambientais.

Nas consultas institucionais e debates que ocorreram com a sociedade na

etapa de elaboração do cenário atual do CIPP, as questões referentes aos aspectos ambientais envolvidos no empreendimento estiveram presentes de forma enfática. As representações das populações, diretamente, impactadas apontaram preocupações em relação às mudanças nas dinâmicas de trabalho e vida, expressas na denúncia de aumento da perda de biodiversidade na região, da poluição e da degradação de ambientes naturais.

O crescimento populacional e a ocupação urbana em áreas de proteção ambiental são questões que refletem a não utilização de planos de organização territorial, acarretando sérios problemas quanto ao parcelamento, uso e ocupação do solo, principalmente, quanto à perda de áreas rurais para o uso urbano. Percebe-se, ainda, a descaracterização das praias e a construção desordenada de conjuntos habitacionais.

O impacto ambiental, que a instalação dos polos metal-mecânico, siderúrgico e petroquímico no CIPP poderá causar ao ecossistema costeiro, gera a necessidade de estudos e licenciamento dos empreendimentos, determinação de medidas compensatórias e até mesmo a criação de áreas de proteção.

O Plano Diretor do CIPP contempla a demarcação de diversas unidades de interesse e de proteção ambiental e recomendações para o seu desenvolvimento sustentável. Entretanto, é crescente a problemática decorrente do aumento de atividades e do crescimento populacional no seu entorno, atingindo, inclusive, as áreas de preservação permanente. Entre os problemas recorrentes destacam-se as construções irregulares, ocupação das dunas, mudança nos sistemas tradicionais de produção, crescimento do turismo predatório, ausência de saneamento básico, disposição irregular de lixo, queimadas, desmatamento e extração de madeira e impactos decorrentes de obras de infraestrutura (sistema viário, água, esgoto, eletricidade e drenagem).

Outro aspecto a destacar refere-se ao problema da gestão das unidades de conservação, que mesmo tendo sido criadas, em sua maioria, no final da década de 90, apresentam, ainda, muita indefinição em relação às responsabilidades dos diferentes órgãos públicos. A ausência de regulamentação sobre sua gestão e a fragilidade da estrutura institucional dos órgãos ambientais, frente ao acelerado processo de degradação da região, resultam em fiscalização e monitoramento ambiental precários, na pouca interface com os demais setores privados envolvidos e na baixa conscientização da população.

Encontra-se em estudo a implantação do mosaico de Unidades de Conservação (UC) no entorno do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), co-

ordenado pelo Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (Conpam). O objetivo principal é estimular a gestão integrada entre as diversas unidades de conservação da região, contribuindo para a preservação e recuperação dos recursos naturais, corroborando para o desenvolvimento sustentável do território onde se situam.

Constata-se como outro grave problema ambiental a disposição inadequada de resíduos sólidos, urbanos e industriais. Nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante estão instalados dois aterros sanitários, sendo que o Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia – Asmoc, é utilizado, também, como destinação final dos resíduos de Fortaleza e dos resíduos sólidos não perigosos e não recicláveis do CIPP. Os resíduos classe I (perigosos) são enviados para incineração, ou para aterro industrial localizado em outro estado, uma vez que o Ceará não possui esse tipo de aterro.

O PGRS do Terminal Portuário aponta que, possivelmente, será necessário, em poucos anos, definir novo local para o confinamento dos resíduos comuns em função da redução do tempo de vida útil do Aterro Sanitário Oeste de Caucaia – Asmoc. Neste sentido, fazendo o contraponto com os demais empreendimentos a serem instalados no CIPP e considerando a diversificação de resíduos desse complexo, faz-se necessário pensar em alternativas para a disposição final dos resíduos industriais.

Destacam-se, ainda, algumas outras preocupações e ameaças a um meio ambiente equilibrado e sustentável. Uma delas é a liberação das águas de lastro dos navios, que pode implicar em alterações na qualidade das águas oceânicas, gerando danos à flora e fauna nativas da região costeira, trazendo doenças à população e causando impactos econômicos e sociais. Outra ameaça é a destinação de efluentes líquidos das atividades industriais, que, lançados em locais inadequados, causam poluição do solo, das águas superficiais e subterrâneas.

Além dos impactos diretos gerados sobre os ecossistemas, as preocupações se aprofundam com a burocracia que existe na gestão ambiental, na pouca capacidade operativa das instituições públicas responsáveis pela aplicação da legislação e dos seus instrumentos de gestão. Setores empresariais manifestam preocupação a respeito da capacidade do estado em assegurar um monitoramento satisfatório e em garantir uma maior agilidade nos processos em geral.

Em relação aos programas de educação ambiental constata-se a existência de iniciativas desenvolvidas a partir de recursos da compensação ambiental, programas estaduais e municipais e até mesmo das empresas privadas e de

entidades da sociedade civil. Entretanto, são iniciativas, ainda, muito pontuais, desarticuladas e insuficientes para sensibilizar a população, dar maior transparência às informações e modificar comportamentos. Como também, o produto das compensações ambientais não tem sido utilizado para ações e programas ambientais nas áreas onde foram gerados os impactos, desviando sua função compensatória para a área atingida.

Frente a esse contexto ambiental e à preocupação em relação ao agravamento da situação registrada no cenário atual do CIPP, as instituições e entidades participantes do Pacto pelo Pecém identificaram as diretrizes abaixo relacionadas para superar o desafio de elaborar e implementar um plano de gestão ambiental integrado e participativo.

## DIRETRIZES

O Plano de Gestão Ambiental Integrado da região do CIPP deverá contemplar, entre outras diretrizes:

- promoção e implementação dos instrumentos de gestão ambiental, tais como fiscalização, monitoramento, licenciamento e controle.
- criação e implantação de novas unidades de proteção integral, e regulamentar a gestão das existentes.
- elaboração e implementação de um programa de Educação Ambiental voltado para o CIPP.
- integração e fortalecimento dos órgãos responsáveis pelas políticas ambientais nas três esferas de governo.

## AÇÕES PROPOSTAS

DIRETRIZ	PRAZO	AÇÕES	COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO
<b>1.1 - Promoção e implementação dos instrumentos de gestão ambiental</b>	CURTO	1.1.1 - Implantar a unidade gestora do CIPP, conforme Lei nº 15.083/2011	Governo do estado
		1.1.2 - Implantar o monitoramento ambiental do CIPP de forma integrada, dando publicidade aos dados	Semace/ Ibama –Prefeituras, em suas áreas de atuação
		1.1.3 - Operação e manutenção de sistemas hídricos – acompanhamento das demandas e ofertas de água bruta dos usuários na região do CIPP e seu entorno	Cogerh
		1.1.4 - Agilizar junto à sede do Ibama em Brasília, a obtenção das licenças ambientais do CIPP.	Seinfra/ Governo do Estado
		1.1.5 - Dar publicidade aos licenciamentos e condicionantes dos empreendimentos do CIPP e seu entorno	Governo do Estado
	MÉDIO	1.1.6 - Estruturar um núcleo da Semace/Ibama responsável pela gestão ambiental do CIPP	Semace/Ibama
		1.1.7 - Intensificar a fiscalização e o controle das áreas protegidas que compreendem o CIPP e seu entorno	Semace/Ibama / órgãos ambientais
		1.1.8 - Implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos (específico sub-bacia do Cauípe e Generaú)	Cogerh
<b>1.2 - Criação, implantação e regulamentação da unidade de conservação integral.</b>	CURTO / MÉDIO	1.2.1 - Correções de decretos de criação das Unidades de Conservação Estaduais presentes nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, que comporão o mosaico de UCs no entorno do CIPP	Conpam
		1.2.2 - Criar regulamentação estadual normatizando os conselhos gestores das UC estaduais (instrução normativa) e decreto informando que os mesmos passarão a ser criados através de portarias do Conpam.	Conpam
		1.2.3 - Revisão, complementação e correção dos planos de manejo das UCs do futuro mosaico a ser criado no entorno do CIPP, correlacionando os estudos e publicação oficial dos mesmos.	Instituto de Ciências do Mar da UFC

DIRETRIZ	PRAZO	AÇÕES	COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO
<b>1.2 - Criação, implantação e regulamentação da unidade de proteção integral (CONTINUAÇÃO).</b>	CURTO / MÉDIO	1.2.4 - Cumprimento das recomendações da auditoria operacional do TCE – ATO da Presidência nº 3/2011, (Ver Anexo 1).	Conpam
		1.2.5 - Compatibilização entre limites divulgados e/ou sinalizados das unidades de conservação estaduais que integram o mosaico com os memoriais descritivos dos decretos de criação dessas UCs.	Conpam e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de SGA
		1.2.6 - Conclusão do projeto para realização de estudos e elaboração dos documentos necessários à criação e implantação de mosaico de unidades de conservação no entorno do CIPP, elaboração do plano estratégico de orientação e consolidação do mosaico proposto, bem como o detalhamento do eixo meio ambiente do Plano Básico de Ação para o CIPP (PBA)	Conpam
		1.2.7 - Implementação do mosaico de Unidades de Conservação da área de entorno do CIPP com uma interface obrigatória com os processos de elaboração e revisão dos planos diretores municipais e regional (quando for o caso)	Conpam
		1.2.8 - Elaboração de uma agenda programática de atividades, ou modalidades ecoturísticas permitidas, com regulamentação adequada, buscando conciliar a demanda das comunidades locais com as dos investidores dos setores industrial e turístico. (Ver recomendações para detalhamento)	Prefeitura de Caucaia (IMAC e SEPLAN), Prefeitura de São Gonçalo do Amarante (Secretaria de Meio Ambiente) e Conpam
	CURTO / MÉDIO	1.2.9 - Solução de problemas fundiários. (ver recomendações para o detalhamento)	Conpam/PGE/ Idace
		1.2.10 - Implantação de dois corredores para fuga de fauna, conectando Estação Ecológica do Pecém e Área de Proteção Ambiental Lagamar do Cauípe, bem como renovação das cercas da Estação Ecológica (ESEC Pecém), colocação de marcos e placas, sinalização, manutenção de equipes de funcionários, etc.	Conpam e empresas
		1.2.11 - Criação de Unidades de Conservação (UCs) no estado do Ceará (ver recomendações para o detalhamento)	Prefeitura de Caucaia (IMAC e Seplan), Prefeitura de São Gonçalo do Amarante (Secretaria de Meio Ambiente) e Conpam

DIRETRIZ	PRAZO	AÇÕES	COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO
1.2 - Criação, implantação e regulamentação da unidade de proteção integral (CONTINUAÇÃO).	CURTO / MÉDIO	1.2.12 - Rever a delimitação do Parque Botânico, para incluir, pelo menos, o trecho de mangue contíguo ao parque, bem como as áreas de antigas salinas que margeiam seu limite oeste. Saliente-se que tais áreas estão livres de ocupação, uma vez que, segundo informações levantadas por técnicos do Conpam, seriam terras sob domínio da União.	Conpam
		1.2.13 - Dar início às medidas iniciais de implementação da UC Parque Natural Municipal de São Gonçalo do Amarante - criação e instalação do Conselho Gestor; - fazer elaborar e aprovar Regimento Interno do Conselho Gestor; - elaborar plano de manejo da UC, incluindo zoneamento e definição da zona de amortecimento; - cadastrar a UC no CNUC.	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante – Semurb
1.3 - Elaboração e implementação de um programa de Educação Ambiental contemplando o meio ambiente natural e construído (urbano), voltado para o novo território do CIPP (CIPP e municípios do entorno).	CURTO	1.3.1 - Desenvolvimento de ações de extensão social e tecnológica nas áreas de interesse do CIPP.	IFCE
		1.3.2 - Desenvolvimento, pela equipe técnica de gestão ambiental/CIPP de conteúdos e materiais sobre gestão ambiental do CIPP, como tema transversal da grade curricular das escolas públicas, que possam ser desenvolvidos nas escolas profissionais em forma de seminário/palestra pelos professores das escolas, em conformidade com a segunda diretriz do desafio.	Seduc
		1.3.3 - Disseminação da pesquisa aplicada, bem como a transferência de tecnologia.	IFCE
		1.3.4 - Promoção de uma maior interação com o setor industrial, visando às trocas de experiências e compatibilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	IFCE
		1.3.5 - Realização de cursos de capacitação para agentes multiplicadores e realização de palestras informativas e educativas em comunidades, associações e ONGs.	Conpam
		1.3.6 - Programa permanente de Educação Ambiental voltado para o uso racional em recursos hídricos nas bacias hidrográficas cearenses.	Cogerh

DIRETRIZ	PRAZO	AÇÕES	COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO
1.3 - <b>Elaboração e implementação de um programa de Educação Ambiental contemplando o meio ambiente natural e construído (urbano), voltado para o novo território do CIPP (CIPP e municípios do entorno). (CONTINUAÇÃO)</b>	MÉDIO	1.3.7 - Aprovar o Programa de Educação para a Sustentabilidade do CIPP na câmara de compensação ambiental, pleiteando maior volume de recursos para o CIPP e seu entorno.	Conpam
		1.3.8 - Criação de uma instrução normativa incluindo regras para garantir uma maior transparência na distribuição dos recursos oriundos de taxa de compensação ambiental pelas empresas implantadas no CIPP.	Conpam
		1.3.9 - Elaborar agenda 21 local (municípios e CIPP)	Semace / Conpam
1.4 - <b>Integração e fortalecimento dos órgãos responsáveis pela política ambiental principalmente em áreas sob forte pressão antrópica, a exemplo das áreas de transição ou periurbanas, que não dispõem ainda de parâmetros normativos que promovam uma integração entre atividades rurais tradicionais e urbanas contemporâneas.</b>	CURTO	1.4.1 - Ativar o Conselho da Região Metropolitana	Governo do Estado
		1.4.2 - Integração dos planejamentos dos municípios integrantes do CIPP com uma interface obrigatória com os processos de elaboração e revisão dos planos diretores municipais e regional (quando for o caso).	Conselho da região metropolitana – Os municípios envolvidos / Conpam
		1.4.3 - Integração e alinhamento da legislação ambiental existente no CIPP e demais municípios do entorno imediato e da zona costeira integrada, conforme a Lei Federal nº 9.985, de 18 de junho de 2000 com uma interface obrigatória com os processos de elaboração e revisão dos planos diretores municipais e regional (quando for o caso) e Agenda 21.	Conselho da região metropolitana – Municípios envolvidos / Semace / Conpam
		1.4.4 - Concurso público e capacitação continuada do quadro técnico com implantação dos planos de cargos e carreira das instituições, ou sua criação onde ainda não existem.	Governos estadual e municipais
		1.4.5 - Instrumentalização do CID Ambiental com acervo bibliográfico e equipamentos de Tecnologia da Informação e capacitação de equipes para gestão de informação e documentação ambiental.	Conpam/ Cada município
		1.4.6 - Reestruturar as entidades ambientais, ou criar, quando for o caso, para o exercício de suas atribuições.	Cada município

## 1.1 ESTRATÉGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO

Deverá ser formado, de imediato, um grupo de trabalho interinstitucional, entre os participantes do Pacto pelo Pecém, sob coordenação do Conpam, para definir uma agenda e estratégias de monitoramento para execução das ações voltadas para o Programa de Educação Ambiental – Diretriz 1.3.

Para tanto são indicadas como parceiros iniciais:

Seduc – Nutec – AEDI – SESI - IES – Conpam – Cogerh – IFCE – Senai – CSP – ONG’S – Secretarias Municipais de Educação e Meio Ambiente de Caucaia, São Gonçalo e Paracuru.

O Plano de Gestão Ambiental Integrada – PGAI para o CIPP, por sua vez, será elaborado reunindo órgãos ambientais das três esferas públicas, instituições da academia, da sociedade civil organizada (via conselhos municipais de meio ambiente) sob a coordenação do Conpam.

Caberá ao Conpam o detalhamento metodológico e a negociação de recursos para o cumprimento da tarefa aqui proposta.

## OUTRAS INFORMAÇÕES

### ORIENTAÇÕES PARA O DETALHAMENTO DAS AÇÕES NA DIRETRIZ 1.2 – CRIAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

#### 1. Correções de decretos de criação das Unidades de Conservação (UCs) estaduais presentes nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, que comporão o mosaico de UC no entorno do CIPP:

- incluir a foz e a barra do Rio Ceará na poligonal da APA do estuário do rio Ceará (com a sobreposição dos limites sobre imagem do Google, verificam-se duas situações: a foz juntamente com a área de abrangência da barra do rio estão fora, não todo o estuário; e há, também, uma parcela de mangue, localizado em Fortaleza, e igualmente integrante do complexo estuarino do Rio Ceará, que está fora da delimitação da APA);
- adequar o Decreto da Estação Ecológica do Pecém – ESEC Pecém (datum, situação fundiária, poligonal, descrição correta dos objetivos de acordo com SNUC);
- cadastrar a Estação Ecológica e Parque Estadual Botânico do Ceará, renomeando no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC.

## 2. Solução de problemas fundiários:

- na ESEC Pecém, todos os ocupantes devem ser retirados em função da categoria da UC;
- na APA do Pecém, desimpedir as áreas onde não pode haver ocupação, a exemplo da área sob a correia transportadora de minérios;
- nas demais UC's e áreas protegidas, implementar legislação atinente às áreas de preservação permanente no tocante à ocupação e uso do solo, com especial atenção para o complexo estuarino do rio Ceará, onde as áreas de mangue, salgado e apicuns estão em crescente processo de ocupação irregular; bem como para o entorno do Lagamar do Cauípe, Lagoa do Pecém e Lagamar do Gereraú.

## 3. Criação de Unidades de Conservação no Estado do Ceará:

- Lagamar do Gereraú, conforme EIA-RIMA do CIPP;
- Serrote Olho D'água, conforme condicionantes no licenciamento da PREMIUM II;
- estuário do riacho Guaribas, no distrito de Pecém, São Gonçalo do Amarante (área prioritária em razão da presença de mangue/apicum/salgado);
- Serra do Camará (ou Japuaia), município de Caucaia – área ocupada por famílias Anacé. Criação de UC deve ser precedida de consulta à população indígena (área relevante, pois concentra algumas nascentes dos sistemas Cauípe e Juá/Tapeba, sob forte pressão de atividade minerária);
- vertedouro da Lagoa do Banana no Lagamar do Cauípe (canal de ligação entre os dois corpos d'água, fortemente impactado por ocupação irregular e relevante para a manutenção do sistema hídrico microrregional – pode ser destinado à criação de corredor ecológico);
- cordão de dunas entre Icaraí e Barra do Cauípe (definido como zona de proteção máxima no Plano Diretor de Caucaia, mas encontra-se sob forte pressão de ocupação. Pode ser protegido por meio da criação de corredor ecológico);
- planície fluvial ao sul do Lagamar do Cauípe, município de Caucaia (área com baixíssima incidência de ocupação, onde pode ser usada como alter-

nativa a criação de um corredor ecológico, em virtude de já se configurar corredor natural e área de refrigério pela fauna regional);

- áreas inundáveis no baixo curso dos rios Juá/Tapeba (área de baixíssima incidência de ocupação, contígua as propostas de delimitação da TI Tapeba, relevante para a proteção da Barra Nova, onde se pode optar por fortalecimento da proteção com a criação de parque urbano)
- outras áreas protegidas, conforme relatório diagnóstico do mosaico – mapas anexos 2 e 3

#### **4. Elaboração de uma agenda programática de atividades, ou modalidades ecoturísticas permitidas, com regulamentação adequada, buscando conciliar as demandas das comunidades locais às dos investidores dos setores industrial e turístico.**

- No caso do CIPP, merecem atenção especial as áreas sob pressão antrópica e forte tendência de modificação do meio natural, a exemplo da APA do Cauípe, da Estação Ecológica do Pecém e sua zona de amortecimento, da APA do estuário do rio Ceará e o Parque Botânico de Caucaia, das nascentes dos rios e riachos (APA do Lagamar do Cauípe, APA do estuário do rio Ceará), entre outras.

**CID AMBIENTAL** – O Centro de Informação e Documentação Ambiental (CID Ambiental) é o setor responsável pela memória Institucional do Ministério do Meio Ambiente, pelo desenvolvimento de acervo especializado na área de competência da instituição e pela disseminação, divulgação e democratização da informação socioambiental para a sociedade brasileira, possibilitando o acesso a dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama.

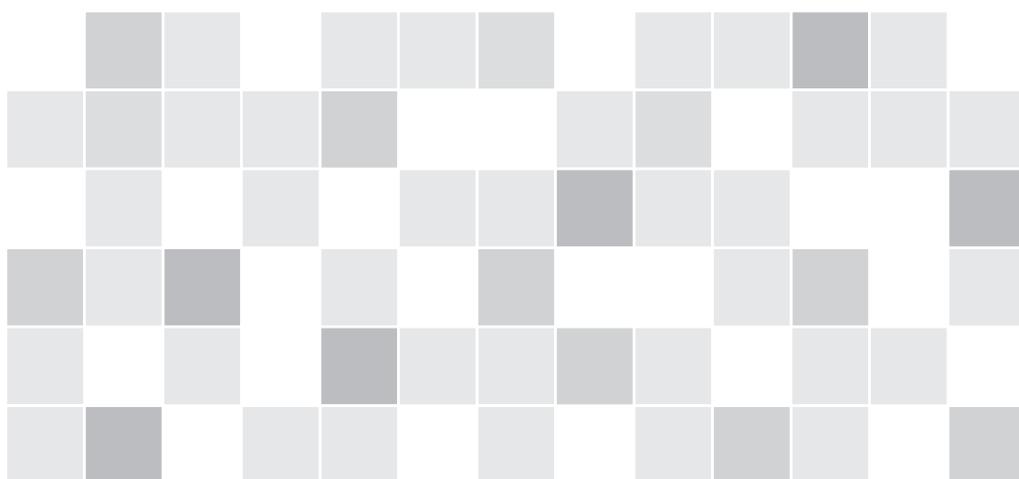
**MOSAICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO** – Um mosaico de unidades de conservação, segundo a Lei do SNUC, é “um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes, ou não, próximas, justapostas, ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas, ou privadas”, cuja gestão deve ser feita de maneira conjunta e integrada. O mosaico proposto abrange área aproximada de 480km<sup>2</sup>, situada nos municípios de Fortaleza, Caucaia e São Gonçalo do Amarante.

**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE – PES/CSP** – O programa tem o objetivo de sensibilizar e conscientizar o público alvo, direta e indiretamente envolvido com o empreendimento, através de ações educativas de caráter ambiental nas fases de instalação e operação do empreendimento. O PES tem no programa de diálogo CSP um importante suporte no que diz respeito à sua capilarização e abrangência, investindo no modelo de multiplicadores e no poder do efeito rede.



# DESAFIO 1

ANEXOS





## ANEXO 1

**RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA OPERACIONAL DO TCE  
(Ato da Presidência nº 3/2011)****a) Para o Parque Botânico**

1. Que o Conpam regulamente a zona de amortecimento do Parque Botânico do Ceará;
2. Que o Conpam torne disponível o plano de manejo, para consulta na sede da Unidade, após sua aprovação;
3. Que o Conpam revise o plano de manejo, contemplando diretrizes sobre o uso da área e o manejo dos recursos naturais;
4. Que o Conpam elabore normas e restrições de visitação pública e que essas sejam estabelecidas no plano de manejo da Unidade ou em regulamento próprio;
5. Que o Conpam elabore normas para a realização de pesquisas científicas no âmbito do Parque, e que essas sejam estabelecidas no plano de manejo, ou em regulamento próprio;
6. Que o Conpam providencie a designação do gerente do parque botânico do Ceará;
7. Que o Conpam defina a estrutura mínima de pessoal necessário ao funcionamento do Parque;
8. Que o Conpam planeje ações de capacitação direcionadas ao pessoal lotado nas unidades de conservação;
9. Que o Conpam formalize e implemente normas de proteção e fiscalização e revise o plano de manejo do Parque, contemplando essas normas;
10. Que o Conpam recupere as instalações do parque e adote uma sistemática de manutenção preventiva;
11. Que o Conpam elabore um plano de combate a incêndios e adquira os equipamentos apropriados;

12. Que o Conpam viabilize o funcionamento do Conselho Consultivo da Unidade;
13. Que o Conpam desenvolva ações de educação ambiental junto à população do entorno, priorizando divulgar a finalidade do parque.

#### **b) Para a Estação Ecológica do Pecém**

1. Que o Conpam adote medidas no sentido de regulamentar a criação da Estação Ecológica do Pecém;
2. Que o Conpam regulamente a zona de amortecimento da Estação Ecológica do Pecém;
3. Que o Conpam torne disponível o plano de manejo, para consulta na sede da Unidade, após sua aprovação;
4. Que o Conpam revise o plano de manejo, contemplando diretrizes sobre o uso da área e o manejo dos recursos naturais;
5. Que o Conpam viabilize o funcionamento do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Pecém;
6. Que o Conpam elabore normas para a realização de pesquisas científicas no âmbito da Estação Ecológica, e que essas sejam estabelecidas no plano de manejo ou em regulamento próprio;
7. Que o Conpam providencie a designação do gerente da estação ecológica do Pecém;
8. Que o Conpam defina a estrutura de pessoal necessária para o funcionamento da Estação Ecológica do Pecém;
9. Que o Conpam estabeleça rotinas de fiscalização e revise o Plano de manejo, de forma a contemplar ações de proteção e fiscalização da Estação;
10. Que o Conpam implante medidas de segurança contra incêndio e pânico, conforme disposição das normas técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará;
11. Que o Conpam desenvolva ações de educação ambiental junto à população do entorno, priorizando divulgar a finalidade da Estação Ecológica do Pecém.

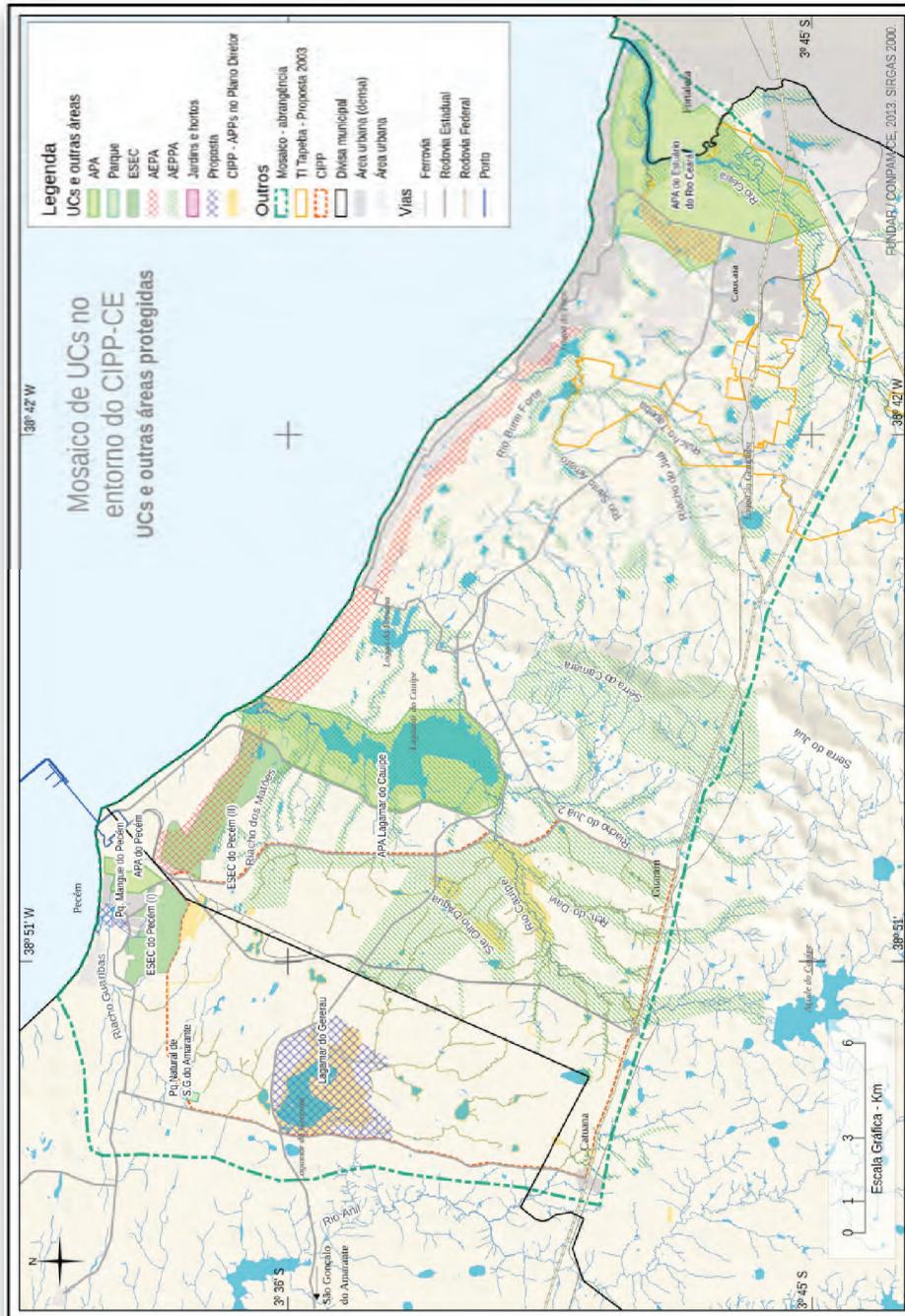
ANEXO 2

Mapa indicando localização, abrangência e unidades de conservação e outras áreas protegidas do mosaico proposto.



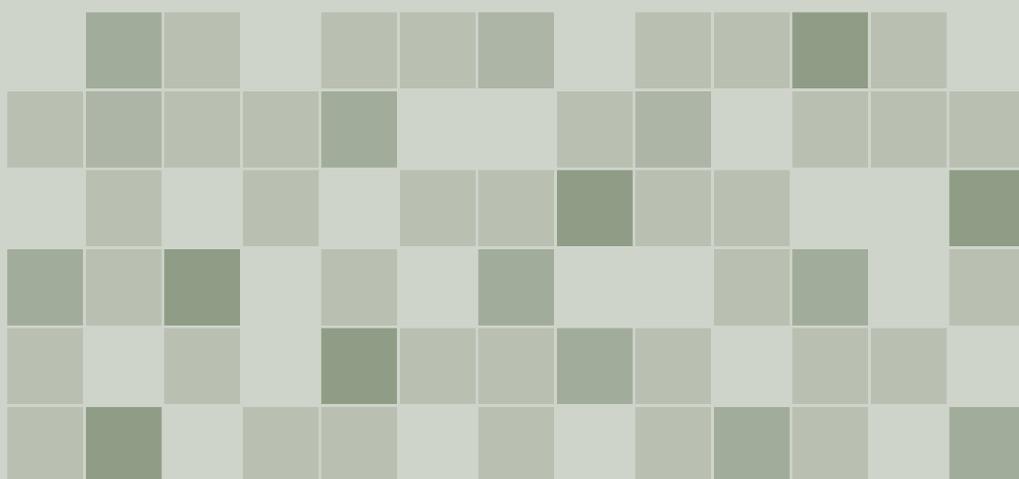
ANEXO 3

Mapa do Mosaico apresentando Unidades de Conservação e outras áreas protegidas já estabelecidas e proposição para novas unidades de conservação, corredores ecológicos e áreas protegidas com restrição de uso



## DESAFIO 2

ADEQUAR AS POLÍTICAS SOCIAIS À  
DINÂMICA POPULACIONAL DA ÁREA DO  
CIPP E ENTORNO





## DESAFIO 02

### ADEQUAR AS POLÍTICAS SOCIAIS À DINÂMICA POPULACIONAL DA ÁREA DO CIPP E ENTORNO

#### SÍNTESE

A problemática gerada pela urbanização desordenada das áreas contíguas ao CIPP deverá ser enfrentada com um melhor dimensionamento das ações públicas, voltadas para a oferta de serviços básicos e essenciais às populações ali residentes, assim como insegurança da política de moradia das populações flutuantes decorrentes das obras em realização no Complexo. Serviços sociais, educacionais, culturais, de saúde, segurança entre outros, deverão ser dimensionados de forma a evitar a ampliação dos problemas sociais já em curso na região.

#### CONTEXTO

A adequação das políticas sociais à dinâmica populacional e de intervenções na área do entorno do CIPP é, certamente, uma das maiores preocupações expressas nos estudos realizados ao longo da implantação do Complexo, assim como dos organismos consultados no processo de construção do cenário atual do CIPP. Constata-se que o crescimento demográfico dos municípios da área de influência do Complexo conduz a uma transformação significativa da realidade local, decorrente da urbanização acelerada sem o correspondente provimento de infraestrutura de equipamentos e serviços públicos. Tal constatação compromete as atividades funcionais do Complexo e a qualidade de vida da população residente.

A urbanização ocorre de forma desordenada, com ocupação de áreas, ainda, carentes de infraestrutura básica de habitação, saneamento e transporte, que somada ao rápido e expressivo aumento populacional, também, não é acompanhado, no mesmo ritmo, pela oferta de serviços públicos de saúde, educação, assistência social, esportes, lazer e cultura. Tal realidade resulta no agravamento dos problemas sociais que já se evidenciam na região.

Vale salientar que o Plano de Estruturação Urbano-Regional da Área de Influência do CIPP, elaborado no ano 2000, como também a avaliação estratégica ambiental elaborada em 2005, os planos diretores de desenvolvimento urbano de Caucaia e de São Gonçalo do Amarante, instituídos, respectivamente, em 2001 e 2009, atualmente, em processo de atualização, entre outros instrumentos de planejamento, já apontavam para a tendência do crescimento urbano populacional, indicando regras de uso e ocupação do solo, estratégias, planos e programas para adequarem a região a essa nova realidade. Entretanto, tais ações recomendadas não foram implementadas.

Há certo consenso sobre o fato de que o crescimento populacional acelerado, sem o respeito ao planejamento e ao ordenamento territorial, põe em risco a possibilidade de um processo de urbanização controlado, ameaçando a comunidade local com o surgimento de aglomerados habitacionais precários e irregulares; ocupação de áreas que deveriam ser protegidas, favorecendo a especulação imobiliária; e o aumento dos problemas sociais, tais como a violência, a exploração sexual de menores e a sexualização precoce; além da intensificação do uso de drogas, evasão escolar e disseminação de doenças transmissíveis, entre muitos outros.

Existe carência dos diversos serviços públicos, assim como de programas voltados para apoiarem os segmentos sociais mais fragilizados, buscando evitar ou controlar o aumento dos problemas sociais já citados. As entidades e instituição participantes do Pacto pelo Pecém projetam o agravamento desse quadro como previsível, diante da inevitável perspectiva de crescimento populacional, decorrente da demanda de mão de obra dos grandes empreendimentos que se encontram em fase de implantação no CIPP, tais como a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), a Refinaria Premium do Ceará e muitos outros que já firmaram protocolo de intenções. A estimativa da demanda de mão de obra passará, em 2016, para cerca de 35 mil trabalhadores<sup>1</sup>.

Na área da Educação, foi detectado um grande percentual de analfabetos funcionais: 12,9% em Caucaia e 20,18% em São Gonçalo do Amarante. Há, também, inadequação na formação dos jovens e adultos para ocuparem as vagas de emprego oferecidas pelas empresas, ou desenvolverem outras atividades que venham a ser ofertadas, de forma indireta.

Na área de saúde, apesar da existência de uma infraestrutura básica de aten-

1 Dados extraídos da pesquisa "Panorama do CIPP" realizada pelo Conselho de Altos Estudos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará em 2012, junto às empresas instaladas e em processo de instalação no CIPP, que teve como objetivo identificar as demandas de mão de obra, insumos e serviços para cinco anos.

dimento nos dois municípios, com a maioria dos distritos na área de influência do CIPP, contando com postos de saúde e o Programa Saúde da Família (PSF), já se apresentam carências em relação aos atendimentos e às taxas de médicos por habitante, que tende a se agravar. Caucaia apresenta a taxa de 0,89 médicos/1.000 habitantes e São Gonçalo do Amarante 0.96/1.000, números significativamente mais baixos que a taxa nacional que é de 1.9 médicos/1.000. A situação, entretanto, não difere muito em relação a outras regiões do estado do Ceará, ou do Nordeste que, também, são caracterizadas pela deficiência dos serviços de saúde e pela vulnerabilidade da população.

Os dados disponíveis do saneamento básico são das áreas urbanas dos dois municípios, onde se constata que a taxa de cobertura para esgotamento sanitário, ainda, é significativamente baixa: 43,01% em Caucaia e 25,9% em São Gonçalo do Amarante. E a situação na zona rural é bem mais grave, inclusive, em relação ao abastecimento de água para consumo humano.

A problemática da mobilidade para acesso dos trabalhadores na área do CIPP, ao Centro de Treinamento, e entre os distritos e as sedes dos municípios, é outro destaque apresentado pelas organizações sociais, instituições de ensino e empresas. A dificuldade de traslado dos trabalhadores para o ambiente de trabalho afeta, diretamente, o setor produtivo e as demais atividades, principalmente, os alunos dos cursos que ocorrem à noite e nos finais de semana, prejudicados pela falta de transporte público para atender aos distritos.

A especulação imobiliária tem sido, incisivamente, citada como uma preocupação da população local. Em parte se avalia que ela tem sido impulsionada não apenas pelo aumento da demanda por terrenos e imóveis na região, mas também pela forma como a questão fundiária tem sido tratada pelo estado. O fato da área de interesse do CIPP ter sido declarada de interesse público, mas não ter sido desapropriada, permitindo a permanência de proprietários na área, tem estimulado o aquecimento no mercado de terras e resultado na instalação de empreendimentos não adequados ao CIPP, inclusive, loteamentos e fixação de moradias.

Há preocupação e questionamento dos representantes do poder público dos municípios de influência direta do CIPP a respeito da sobrecarga de gastos em infraestrutura e prestação de serviços públicos, em especial de São Gonçalo do Amarante. A situação é decorrentes do crescimento populacional e da população flutuante no município, sem uma contrapartida compatível em termos de arrecadação e repasses de recursos financeiros. As gestões municipais reivin-

dicam medidas compensatórias, considerando que são os mais atingidos pelos impactos sociais e ambientais decorrentes da implantação do CIPP.

Por outro lado, de acordo com avaliações feitas pelo conjunto de participantes, a implantação do Complexo vem provocando efeitos positivos, entre os quais se destaca o estímulo na busca por formação profissional por parte da população residente, o aumento da renda familiar e a significativa redução da mendicância.

Outra contribuição importante diz respeito ao fortalecimento da organização social. As ameaças sentidas pelas comunidades locais vêm provocando um reforço na mobilização dos diferentes segmentos sociais, ampliando a rede de organização da sociedade e a busca do conhecimento dos direitos do cidadão por parte da população.

Frente à necessidade de adequar as políticas sociais das áreas de influência do CIPP às demandas decorrentes de sua implantação, as instituições e entidades participantes do Pacto pelo Pecém identificam as diretrizes abaixo relacionadas para superação desse desafio.

## DIRETRIZES

- Criação de novas escolas, ou adequação das existentes e dos currículos das escolas municipais;
- Implementação efetiva dos planos da educação básica nos municípios;
- Implementação das políticas de assistência social para os grupos em vulnerabilidade social. (idosos, indígenas, mulheres, pessoas com deficiências e crianças):
- Implementação das políticas de prevenção, tratamento e enfrentamento ao consumo e tráfico de drogas, a exploração de crianças e adolescentes e o tráfico de pessoas;
- Adequação do sistema de saúde à demanda crescente da população;
- Desenvolvimento de um plano de preservação da cultura local e promoção de atividades de esporte e lazer;
- Elaboração de um plano de desmobilização dos trabalhadores flutuantes.
- Fortalecimento da formação escolar em educação de jovens e adultos e, em especial, em articulação com a educação profissional.

## AÇÕES PROPOSTAS

DIRETRIZ	PRAZO	AÇÕES	COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO
<b>2.1. Criação de novas escolas, ou adequação das existentes e dos currículos das escolas municipais;</b>	CURTO	2.1.1 - Dimensionar e localizar a necessidade de escolas à população atual e futura, definindo um cronograma.	Seduc + Sec. Munic. Educ.
		2.1.2 - Adequar as escolas já existentes nos seus aspectos físicos, gerenciais e pedagógicos.	Seduc + Sec. Munic. Educ.
		2.1.3 - Ampliar o funcionamento de escolas abertas (utilização dos horários disponíveis para atividades extracurriculares com a comunidade)	Seduc + Sec. Munic. Educ.
	MÉDIO	2.1.4 - Aperfeiçoar o currículo e melhorar a qualidade do ensino.	Seduc + Sec. Munic. Educ.
<b>2.2. Implementação das políticas de assistência social para os grupos em vulnerabilidade</b>	CURTO	2.2.1 - Oferecer capacitações continuadas nos conselhos municipais da assistência social e tutelar;	STDS (Coordenação)
		2.2.2 - Implementar articulação e continuidade dos programas de: -Gestão Pública Eficaz -Governança Regional	CSP
		2.2.3 - Implantar o “Plano Viver seus Limites” – Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.	Coordenação/ Execução: municípios
		2.2.4 - Disseminar os indicadores sociais municipais entre as secretarias. ex: protalodm.com.br	Municípios

DIRETRIZ	PRAZO	AÇÕES	COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO
<b>2.2. Implementação das políticas de assistência social para os grupos em vulnerabilidade (CONTINUAÇÃO)</b>	MÉDIO	2.2.5 - Cumprir as metas estabelecidas no plano de providências dos CRAS	Municípios
		2.2.6 - Oferecer capacitação continuada às equipes de profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) para atuação junto às famílias	STDS (Coordenação)
		2.2.7 - Cofinanciar benefícios eventuais	STDS (Coordenação), municípios
		2.2.8 - Cofinanciar Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família	União, estado e municípios
		2.2.9 - Cumprimento das metas estabelecidas no plano de apoio dos CRAS	
	2.2.10 - Monitoramento da política de assistência social no município	STDS (Coordenação)	
	LONGO	2.2.11 - Ampliação dos equipamentos da assistência social de proteção social básica, proteção social especial na área do CIPP e em seu entorno (CRAS, Creas e Centro Pop);	STDS (Coordenação), Proares, município e União
<b>2.3. Implementação e fortalecimento das políticas de prevenção, proteção e defesa a crianças, adolescentes e jovens e de enfrentamento à exploração sexual-infanto-juvenil, ao consumo e tráfico de drogas e ao tráfico de pessoas.</b>	CURTO	2.3.1 - Criação de um Fórum na área do CIPP, construção e implantação do plano de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.	Aufam (coordenação), Aproce, ONG's, OG's, ABA
	MÉDIO	2.3.2 - Ampliação dos serviços de saúde mental com especificidade ao tratamento do uso e abuso de álcool e outras drogas.	Secretarias municipais e estado
		2.3.3 - Implantar núcleos de mediação comunitária nas áreas afetadas pelo CIPP.	Defensoria pública, governo municipal, ONG's, Conpam
		2.3.4 - Dimensionar e ampliar o sistema de segurança de maneira integrada aos órgãos com ênfase nos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos – SGD	Secretaria de Segurança
		2.3.5 - Ampliar o policiamento comunitário do Ronda do Quarteirão e complementá-lo com parceria da Guarda Municipal e demais órgãos presentes nas comunidades.	Defensoria pública, ONG's e governo municipal

DIRETRIZ	PRAZO	AÇÕES	COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO
<b>2.4. Desenvolvimento de um plano de preservação da cultura local e promoção de atividades de esporte e lazer</b>	CURTO	2.4.1 - Mapear e identificar as manifestações culturais, atividades e saberes tradicionais e contemporâneos.	Secretaria Municipal de Cultura
		2.4.2 - Ocupação e utilização ativa dos espaços já existentes: Jardim Botânico, Centro de informação e Convivência (CIC), Estação Ecológica, ABC, quadras e ginásios, por meio de ações esportivas, culturais, educacionais, intergeracional, proporcionando novos caminhos para o desenvolvimento do ser humano.	Secretaria Municipal de Cultura com empresas, governos estadual e municipal (Sec. Cultura, Esporte e Lazer)
		2.4.3 - Reconhecer, estruturar e fortalecer as manifestações culturais, atividades tradicionais e saberes, por meio da articulação, integração e financiamento de grupos, atividades, pontos de cultura e capacitação. (cinema, teatro, circo, etc.)	Secretaria Municipal de Cultura com empresas, governos estadual e municipal (Sec. Cultura, Esporte e Lazer)
	MÉDIO	2.4.4 - Disseminar a cultura do lugar, através de adequações curriculares, publicações, ações de disseminação em veículos de mídia, eventos, etc.	Secretaria Municipal de Cultura com empresas, união, estado e município.
		2.4.5 - Criação de equipamentos e políticas que promovam a diminuição da desigualdade cultural, como cinema, teatro, campeonatos esportivos, festivais, etc.	Secretaria Municipal de Cultura com empresas, governo estadual
		2.4.6 - Promover ações de trocas e integração cultural entre os moradores e as diferentes culturas que passam a coexistir na região, impulsionadas pelo processo industrial da região.	Secretaria Municipal de Cultura com empresas

DIRETRIZ	PRAZO	AÇÕES	COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO
<b>2.5. Elaboração de um plano de desmobilização dos trabalhadores flutuantes</b>	CURTO	2.5.1 - Conhecer o perfil e a quantidade da mão de obra atuante hoje nas empresas do CIPP, passíveis de desmobilização.	Seduc Empresas do CIPP
		2.5.2 - Articular com Secretarias de Educação e Federação das Indústrias (FIEC) as demandas de mão de obra.	Empresas do CIPP
		2.5.3 - Estabelecer com o SINE/IDT e Secretarias de Trabalho uma agenda de desmobilização.	Empresas do CIPP
		2.5.4 - Alinhar as agendas de desmobilização das empresas com os termos de adesão, ou agendas de implantação de novos empreendimentos no CIPP, segundo a Adece.	Empresas do CIPP
		2.5.5 - Incentivar uma cultura de empreendedorismo na região.	Sebrae
		2.5.6 - Induzir as empresas que mobilizaram mão de obra a providenciarem o retorno dos trabalhadores a seus locais de origem.	Empresas do CIPP
	MÉDIO	2.5.7 - Definir um plano emergencial de qualificação do trabalhador com formação básica e profissional direcionada às necessidades das empresas.	Seduc
		2.5.8 - Aplicar o plano emergencial de qualificação profissional (citado no item anterior), de forma coordenada com as agendas de desmobilização das empresas.	Empresas do CIPP
		2.5.9 - Realizar encaminhamento para novos postos de trabalho para o trabalhador que estudou no plano emergencial de qualificação profissional	SINE IDT

## ESTRATÉGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO

- A implementação das ações propostas considera que já existem políticas setoriais definidas e instrumentos implementados em andamento, cabendo um maior envolvimento e articulação dos gestores públicos e organizações da sociedade para assegurar a execução das ações.
- Há necessidade de um espaço de articulação dentro do sistema de governança do CIPP que fortaleça o diálogo entre os entes governamentais, a sociedade e as empresas. Tal espaço poderá vir a ser um Fórum permanente de articulação entre as políticas públicas.
- Há necessidade de monitoramento e avaliação da implementação dos diversos planos elaborados para cada uma das políticas, de forma a manter o controle social sobre as mesmas, bem como o permanente aperfeiçoamento e correções de rumo necessárias.

## OUTRAS INFORMAÇÕES

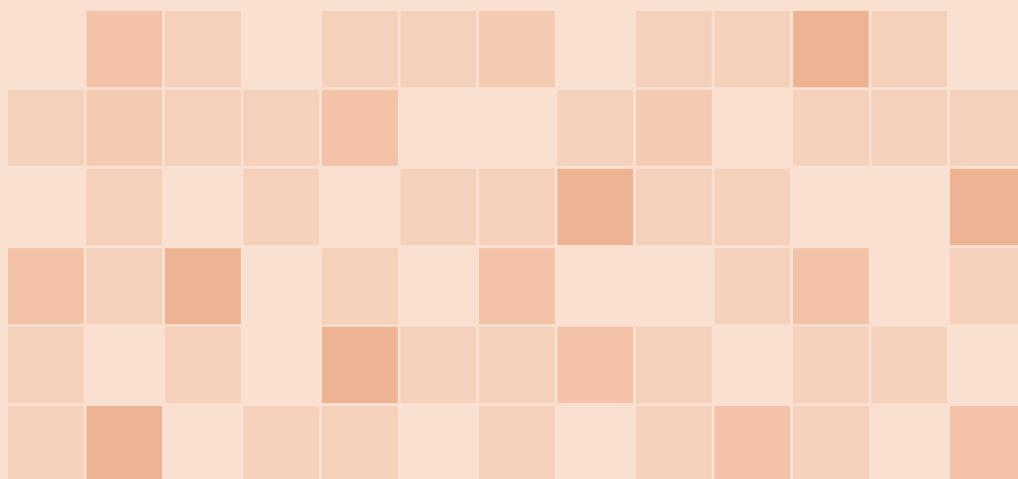
Embora se saiba que os currículos escolares da Educação Básica já estão definidos por lei e sendo implementados nas unidades escolares, a estratégia considera importante apontar alguns conteúdos que auxiliarão o processo formativo dos estudantes da região:

Conteúdos importantes na adequação curricular/ Qualificação do Ensino		
INFANTIL	FUNDAMENTAL	MÉDIO
Valores coletivos e educação ambiental.	Criação de Valores Educação Ambiental Educação Integral Educação Sexual Ênfase em Português e Matemática	Criação de Valores Educação Ambiental Educação Integral Educação Sexual Ênfase em Português e Matemática Direcionamento - Iniciação p/o trabalho Ensino técnico/formação inicial e continuada Foco na realidade local Prevenção ao álcool e às drogas



## DESAFIO 3

ÍMPLANTAR E COMPLEMENTAR A  
INFRAESTRUTURA BÁSICA EM TODA  
ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP





## DESAFIO 3

### IMPLANTAR E COMPLEMENTAR A INFRAESTRUTURA BÁSICA EM TODA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP

#### SÍNTESE

A infraestrutura inadequada, insuficiente ou inexistente para o atendimento das necessidades do Complexo Industrial e, em especial, dos núcleos populacionais urbanos e rurais dos municípios do seu entorno, foi identificada como um forte desafio ao processo de desenvolvimento equilibrado e sustentável do CIPP.

O descompasso existente entre as demandas geradas pelo acelerado aumento da população, das atividades produtivas e do setor de serviços, em contraposição ao ritmo de instalação da infraestrutura básica, tem resultado em graves limitações refletidas nas condições de trabalho, na qualidade de vida da população e na mobilidade urbana e rural.

#### CONTEXTO

A infraestrutura local tem como importante desafio a necessidade de garantir a oferta de água em quantidade e qualidade para o abastecimento da população atual e futura e para os empreendimentos implantados e previstos, quer sejam do setor industrial, agropecuário ou de serviços.

O estado do Ceará tem 86,8% do seu território inserido na região semiárida, realidade que gera nos participantes do Pacto uma grande preocupação com a segurança hídrica, realidade que, ainda, exige estudos e investimentos para complementação da infraestrutura de reserva e distribuição de água, assim como a busca por fontes alternativas de oferta de água como reúso, dessalinização e exploração de aquíferos.

Os dados disponíveis de saneamento básico são das áreas urbanas, onde se constata que a taxa de cobertura para esgotamento sanitário, ainda, é significativamente baixa, 43,01% em Caucaia e 25,9% em São Gonçalo do Amarante. Já se identifica muita dificuldade no atendimento, especialmente, em São Gonçalo do Amarante em relação ao abastecimento humano, situação que se agravou com a ampliação da construção de habitações em áreas urbanas desordenadas. Certamente, uma situação muito mais grave é a que se registra nos distritos e na zona rural. Destaca-se que é impossível se pretender o desenvolvimento sustentável do CIPP sem a universalização do sistema de saneamento básico para toda sua área de influência.

Outra questão essencial vinculada à infraestrutura de saneamento básico, diz respeito à inexistência de um aterro sanitário industrial no Ceará, obrigando as empresas a enviarem os resíduos classe I (perigosos) para incineração, ou para aterro industrial localizado em outro estado. Atualmente, o Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia – Asmoc recebe os resíduos comuns das empresas do CIPP, dos municípios de Fortaleza e Caucaia, o que levanta muitas questões em relação a sua capacidade de atendimento.

Os Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PGIRS dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante não fazem referências a qualquer ação específica relacionada à coleta de resíduos na área do Porto do Pecém e do CIPP e nem é dado tratamento diferenciado aos núcleos urbanos próximos ao CIPP, especialmente, os distritos de Pecém e Taíba. O Pgirs do Terminal Portuário aponta que, possivelmente, será necessário, em poucos anos, definir novo local para o confinamento dos resíduos comuns, em função da redução do tempo de vida útil do Asmoc. O Pgirs de Fortaleza, elaborado em 2012, aponta para a necessidade de ampliação do aterro e de integração da gestão do Asmoc, sugerindo para tanto a criação de um consórcio intermunicipal entre Fortaleza e Caucaia.

Nas reuniões com os diferentes setores da sociedade da região identificou-se, ainda, a inexistência de estímulo a projetos de coleta seletiva, reciclagem de resíduos sólidos, organização de catadores de materiais recicláveis, entre outras ações e instrumentos previstos na Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A problemática da mobilidade urbana para acesso ao CIPP e ao Centro de Treinamento Técnico do Ceará – CTTC, destaca-se como uma limitação significativa ao seu desenvolvimento, já ressaltada no Desafio 2 – Adequação das políticas sociais, mas que necessita, igualmente, de intervenções na área de infraes-

estrutura básica. São consideradas como intervenções mais urgentes a duplicação da BR 222 e a elaboração emergencial de um plano de transporte rodoviário que permita maior mobilidade entre os municípios, as sedes municipais e seus distritos, o CIPP e o CTTC.

Além das questões abordadas em relação ao saneamento básico, restrição de mobilidade e acessibilidade no entorno do CIPP constata-se a ausência de programas habitacionais para atender à demanda gerada pelo aumento populacional acelerado. Há ocupação irregular em várias áreas, inclusive, de proteção ambiental e na área delimitada pelo Plano Diretor do CIPP, implicando na ampliação de moradias inadequadas e na especulação imobiliária, entre outros problemas.

Os participantes do Pacto pelo Pecém indicam urgência na ampliação e adequação da estrutura física de equipamentos sociais para as áreas de educação, saúde, assistência social básica e proteção social especial, esporte, lazer, turismo, entre outros. Entretanto, ainda não se tem indicativos em relação à quantidade e nem a localização dos equipamentos. É necessário que os órgãos responsáveis realizem esses levantamentos para dimensionar as intervenções necessárias.

Na área interna do Complexo, não há uma unidade do corpo de bombeiros, de serviço emergencial para acidentes graves, de alojamentos e refeitórios para trabalhadores temporários e prestadores de serviços e usuários em geral. Foram, também, identificados problemas na área de comunicação, com deficiências no sistema de telefonia, internet e até a inexistência de serviços de correio.

Os resultados das discussões com diferentes setores da sociedade apontam, de um modo geral, para necessidade de ampliarem-se os esforços na direção de uma maior e melhor infraestrutura urbana, diante da perspectiva de crescimento do CIPP e necessidades decorrentes. Tal ampliação e melhoria são condições essenciais para potencializar os ganhos advindos com o complexo, de modo a favorecer o desenvolvimento do estado de forma equilibrada e distributiva, garantindo a melhoria da qualidade de vida da população cearense.

## DIRETRIZES

- Implantação de toda a infraestrutura de suporte ao complexo industrial e às áreas urbanas e rurais dos municípios do entorno, a partir de um planejamento de curto, médio e longo prazos, buscando atender as demandas mais urgentes.
- Elaboração e implantação de um plano diretor de transporte e mobilidade da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF.
- Desenvolvimento de intervenções que garantam o ordenamento urbanístico na área de influência do CIPP.

## AÇÕES PROPOSTAS

DIRETRIZ	PRAZO	AÇÕES	COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO
3.1 - Implantação e acompanhamento dos planos de infraestrutura	MÉDIO	<b>OFERTA DE ÁGUA</b> 3.1.1 - Garantir a conclusão da implantação do Eixão das Águas, através da instalação dos sifões e do conjunto de bombas na estação elevatória do açude Castanhão.	SRH - Cogerh
		3.1.2 - Completar a integração do Canal do Trabalhador com açude Pacajus e o Eixão das Águas	SRH - Cogerh
		3.1.3 - Implantar o projeto de reúso de águas da Cagece	Cagece
		3.1.4 - Realizar estudo de aproveitamento da água do aquífero nas dunas.	SRH - Cogerh
		3.1.5 - Elaborar estudo de ampliação da oferta hídrica, através da dessalinização de água do mar.	SRH - Cogerh
		<b>SANEAMENTO</b> 3.1.6 - Universalizar o sistema de saneamento básico para toda área do CIPP.	SCidades Cagece Municípios
		3.1.7 - Viabilizar o emissário submarino.	SCidades Cagece
		3.1.8 - Implantar o aterro sanitário industrial. Plano integrado de gerenciamento de resíduos sólidos e saneamento ambiental.	Conpam + SCidades
		3.1.9 - Fazer o projeto de reúso do esgoto bruto.	SCidades Cagece
		<b>ENERGIA</b> 3.1.10 - Fazer o projeto de aproveitamento de biogás de resíduos e de esgotos.	Seinfra
	3.1.11 - Incentivar projetos de geração de energias alternativas limpas.	Seinfra	
	<b>COMUNICAÇÃO</b> 3.1.12 - Ampliar a capacidade e capilaridade das redes de comunicação	Seinfra	
	3.1.13 - Instalar uma unidade gaseificadora on-shore	Seinfra	
	<b>RODOVIÁRIA</b> 3.1.14 - Duplicar a BR 222 3.1.15 - Criar vias secundárias 3.1.16 - Construir o arco metropolitano 3.1.17 - Ampliar a rede de transportes públicos pelos municípios.	Seinfra	
	<b>SERVIÇOS</b> 3.1.18 - Instalar uma Unidade do Corpo de Bombeiros 3.1.19 - Instalar uma unidade de Pronto Atendimento para acidentes graves. 3.1.20 - Construir um heliporto.	Unidade Gestora	

DIRETRIZ	PRAZO	AÇÕES	COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO
<b>3.2 - Elaboração de Plano Diretor de Transporte e Mobilidade da RMF</b>	CURTO	3.2.1 - Realizar pesquisa de origem-destino consoante com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do CIPP, incluindo projeções para futuras demandas.	Seinfra SCidades
		3.2.2 - Proceder diagnóstico com mapeamento das ações já executadas, em execução e em planejamento para atendimento da mobilidade no entorno do CIPP.	Seinfra SCidades
		3.2.3 - Determinar as ações imediatas para atendimento da mobilidade dos trabalhadores/população que já atuam na região, tais como criação de linhas de transporte público com horários regulares.	Seinfra/ SCidades
		3.2.4 - Realizar a integração das ações já executadas e em execução através de um Plano Diretor para a Região Metropolitana e cidades do entorno (São Luiz do Curu, Paracuru, Paraipaba e Traini)	Seinfra/ SCidades
<b>3.3 - Desenvolvimento de intervenções que garantam o ordenamento urbanístico na área de influencia do CIPP</b>	CURTO	3.3.1 - Alinhar a política de zonas de planejamento territorial.	Conselho Deliberativo da RMF Governo do Estado
		3.3.2 - Atualizar o Conselho da Região Metropolitana de Fortaleza.	Governo do Estado Municípios
		3.3.3 - Identificar os pontos necessários ao alinhamento nos Planos Diretores municipais.	Municípios
	MÉDIO	3.3.4 - Realizar o congelamento dos limites urbanos nos municípios, definindo áreas para concentração de infraestrutura.	Municípios Governo do Estado
		3.3.5 - Congelar áreas problemáticas e definir vetores de crescimento, buscando o alinhamento das políticas da área (Caucaia, São Gonçalo e CIPP)	Municípios
	MÉDIO LONGO	3.3.6 - Qualificar e adequar as vias de circulação.	Municípios Estado União
		3.3.7 - Promover a rotação de infraestrutura para o saneamento.	Municípios

## ESTRATÉGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO

Premissas para assegurar e acompanhar a implantação da infraestrutura:

- implementação da Unidade Gestora do CIPP;
- existência de um Plano Diretor que integre os municípios envolvidos.
- unificação de ferramentas de planejamento para o alinhamento dos planos diretores existentes.
- ativação do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Fortaleza-RMF.

Serão necessárias negociações junto às empresas de telefonia e órgãos reguladores para a expansão da capacidade de redes de telefonia e transmissão de dados no CIPP e no seu entorno.

Enquanto a Unidade Gestora não estiver com seu funcionamento pleno, sugere-se a criação de um comitê de acompanhamento formado pelos diversos setores envolvidos no Pacto pelo Pecém.

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

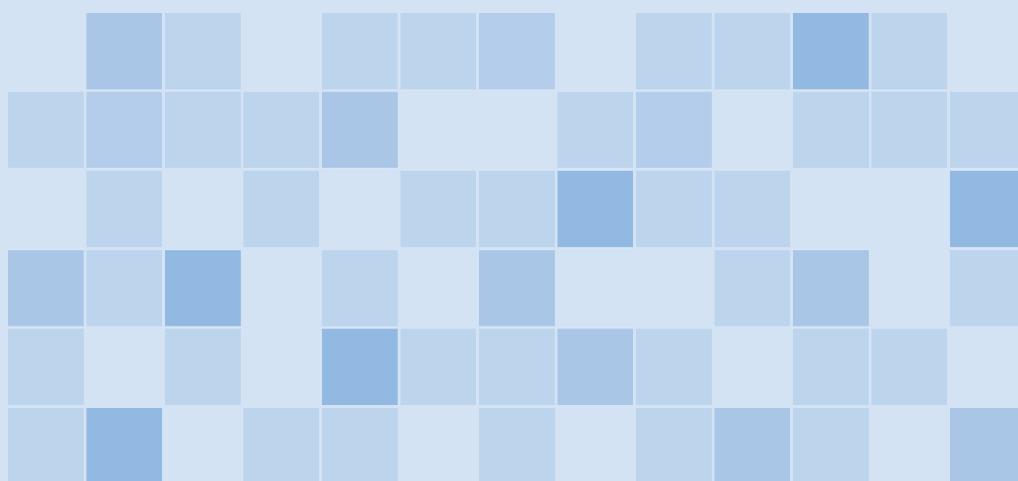
### **CONSELHO DELIBERATIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA**

O CDM foi criado para promover o desenvolvimento articulado dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza. Entre as suas atribuições específicas estão a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da RMF e todos os demais planos, programas e projetos indispensáveis à execução das funções públicas de interesse comum metropolitano; a definição das atividades, empreendimentos e serviços admitidos como funções de interesse comum metropolitano; e a criação de câmaras técnicas setoriais, estabelecendo suas atribuições e competências.



## DESAFIO 4

DESENVOLVER POLÍTICAS DE ATRAÇÃO,  
FIXAÇÃO E FORTALECIMENTO DE  
CADEIAS PRODUTIVAS NO ESTADO QUE  
SEJAM COMPLEMENTARES AO CIPP





## DESAFIO 4

### DESENVOLVER POLÍTICAS DE ATRAÇÃO, FIXAÇÃO E FORTALECIMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS NO ESTADO QUE SEJAM COMPLEMENTARES AO CIPP

#### SÍNTESE

Na busca do desenvolvimento equitativo e sustentável das empresas cearenses, mediante ao estabelecimento do CIPP, é importante que as políticas de atração, fixação e fortalecimento de cadeias produtivas proporcionem as condições necessárias para as empresas cearenses atuarem, efetivamente, no fornecimento de matéria-prima e serviços requisitados pelas empresas participantes do CIPP, seja para suprimento, como para atendimento das necessidades dos novos habitantes da região em torno do complexo.

#### CONTEXTO

Quando consolidada, a área do CIPP poderá se constituir em um polo econômico relevante, integrando as cadeias produtivas localizadas em sua área de influência, principalmente, no estado do Ceará. Dentre as atividades produtivas a serem beneficiadas destacam-se aquelas com maior encadeamento com os setores da agroindústria, do setor metal-mecânico (minério de ferro, produtos siderúrgicos, sucata e outros derivados do setor mecânico), indústrias do setor petroquímico (petróleo – naftênicos e derivados do gás de petróleo e gás liquefeito), indústrias de transformação (têxtil e calçadista); cargas frigoríficas; grãos (trigo, milho), entre outros.

É inegável a importância do CIPP para o estado, principalmente, pela agregação de valor em termos de PIB, divisão do trabalho e tecnologia. Entretanto, o empreendimento não significa desenvolvimento por si só. Múltiplas ações serão necessárias para se evitar os erros já cometidos em experiências anteriores, de outros complexos industriais, que geraram a formação de enclaves econômicos, ocupação desordenada dos territórios, impactos ambientais negativos e agravamento das questões sociais.

Um pressuposto importante a ser considerado pelas políticas públicas voltadas para o CIPP é a necessidade de desconcentrar e diversificar o espaço econômico estadual. O modelo de desenvolvimento no estado reflete uma significativa concentração de oportunidades de empregos, rendas e bens na Região Metropolitana de Fortaleza, que detém a maior parte da riqueza gerada no estado, concentrando 65,9% do PIB estadual.

Para o CIPP constituir-se no indutor da desconcentração do desenvolvimento no Ceará, evidencia-se a necessidade de uma significativa orientação das políticas públicas como promotoras e articuladoras do dinamismo desse complexo industrial às demais economias do estado, descentralizando os efeitos multiplicadores sobre emprego e renda e geração de oportunidades de negócios para população cearense, possibilitando a formação e consolidação de novas cadeias produtivas.

Certamente, caberá ao Governo do Estado orientar as políticas públicas de modo a adotar as demais áreas com vantagens locais como logística, mão de obra qualificada, centros de pesquisa, capacitação dos fornecedores de insumos e serviços necessários para impulsionar o crescimento econômico de forma equilibrada e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida dos cearenses.

A pesquisa denominada “Panorama atual do CIPP”, realizada pelo Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa, em 2012, junto às empresas instaladas e em processo de instalação, apresenta deficiências a serem superadas para que o CIPP possa, de fato, constituir um elemento gerador de emprego, renda e oportunidade de negócios, utilizando mão de obra, insumos e serviços oriundos da região e do estado:

- significativa precariedade dos serviços prestados, em razão da falta de estruturação e preparo das empresas fornecedoras;
- dificuldades para obtenção dos serviços, desde a localização do prestador à fase de obtenção de credenciais técnicas, como também na especificação das atividades e incumbências, no momento da encomenda da empreitada;

- baixa assertividade dos prestadores de serviço, que se explicitam na falta de equipamentos e acessórios necessários à realização das tarefas e segurança dos executores;
- problemas de integração dos contratados para a prestação de serviços e os trabalhadores vinculados a essas empresas, tendo como agravante o ritmo mais lento dos prestadores e o engajamento fraco na estrutura e nos processos de trabalho;
- dificuldades do funcionário das organizações contratantes, quanto a compreender e especificar para os prestadores de serviços as tarefas a serem cumpridas, o período para a sua realização, as modalidades de relacionamento grupal e pessoal nas empresas (cultura organizacional) vigentes na instituição contratante etc.;

Quando se considerou o esforço de projeção da demanda desses serviços para cinco anos, percebeu-se que os técnicos das empresas pesquisadas tiveram dificuldade para “arriscar” uma projeção sobre um serviço, insuficientemente, caracterizado, com base em dados inexistentes ou indisponíveis, diferentemente, da previsão de mão de obra necessária que já se encontra melhor especificada.

Verifica-se, portanto, a necessidade de ter informações mais precisas sobre a demanda e oferta por insumos e serviços, e a definição de estratégias para fortalecimento do empreendedorismo dos fornecedores; de uma cultura de profissionalização dos prestadores de serviço; e a adequação às exigências legais e de qualidade das empresas instaladas no CIPP.

Há uma ausência de estratégias para aproveitamento da produção agrícola e agropecuária da região para os setores de alimentação que atendem o CIPP e seu entorno, em especial a oriunda do produtor familiar. A produção é, prioritariamente, comercializada em Fortaleza.

Frente a este contexto, as instituições e entidades participantes do Pacto pelo Pecém identificam como diretrizes para superação do desafio desenvolver políticas de atração, fixação e fortalecimento de cadeias produtivas complementares ao CIPP, para torná-lo um instrumento de desenvolvimento descentralizado do estado do Ceará, apresentados a seguir.

## DIRETRIZES

- Apoio aos arranjos produtivos rurais e urbanos (infraestrutura e sistema de apoio à produção específica de cada área ou zona).
- Fortalecimento do empreendedorismo local e do adensamento de cadeias produtivas.
- Apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.

## AÇÕES PROPOSTAS

DIRETRIZ	PRAZO	AÇÕES	COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO
4.1. Apoio aos arranjos produtivos rurais e urbanos.	CURTO	4.1.1. Reestruturar a Secretaria das Cidades para que possa exercer as funções de desenvolvimento institucional dos municípios (consórcios, fóruns, seminários) e o apoio ao sistema produtivo local/regional nos municípios	Governo do Estado SCidades
		4.1.2. Criar uma agência de desenvolvimento regional com escritórios nas prefeituras.	Municípios
		4.1.3. Mapear as atividades que já vêm sendo desenvolvidas e as potenciais.	Agência regional e municípios
		4.1.4. Criar agenda com previsão de identificação dos arranjos produtivos existentes (preliminar) e potenciais	Agência regional e municípios
	MÉDIO	4.1.5. Criar políticas de valorização dos arranjos produtivos rurais e atividades, tradicionalmente, urbanas nos aspectos de infraestrutura física do setor produtivo.	Agência regional e municípios
4.2. Fortalecimento do empreendedorismo local e do adensamento de cadeias produtivas	CURTO	4.2.1. Fomentar consórcios, parcerias e jointventures entre empresas para a formação/fortalecimento da cadeia produtiva	CEDE / Adece (coordenação) Entidades de classe Fiec/ Sebrae
		4.1.2. Identificar as demandas das cadeias produtivas, utilizando as informações já levantadas (portadores do futuro, diagnóstico do Sebrae e outros)	FIEC Investidores Câmaras setoriais CEDE/Adece Ipece
	CURTO MÉDIO	4.2.1 Integrar as iniciativas referentes ao empreendedorismo local através do Programa de Desenvolvimento Regional - PDR	CEDE (coordenação) Entidades de classe Prefeituras Sebrae/ Seduc STDS
		4.2.2. Sensibilizar as comunidades para a cultura empreendedora, através da disseminação da cultura empreendedora, industrial e de inovação	STDS (Coordenação) BNB Entidades de classe Instituições de ensino Sebrae/ Seduc Prefeituras

DIRETRIZ	PRAZO	AÇÕES	COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO
<b>4.2. Fortalecimento do empreendedorismo local e do adensamento de cadeias produtivas, incluindo a produção agroecológica. (CONTINUAÇÃO)</b>	CURTO MÉDIO	4.2.3. Fomentar o associativismo através do Programa de Desenvolvimento Regional - PDR.	CEDE (coordenação); Entidades de Classe; Sebrae; municípios/ STDS
		4.2.4. Formar empreendedores.	Sebrae (coordenação); municípios; STDS/ Seduc
		4.2.5. Criar ferramenta digital para integração entre fornecedores, investidores, instituições de fomento e governo.	CEDE/Adece (Coordenação); FIEC/ Sebrae; Entidades de Classe; Investidores;
	MÉDIO	4.2.6. Estruturar o espaço do pequeno produtor, incluindo os empreendedores de economia solidária e economia criativa.	STDS (Coordenação); municípios; parceiros de fomento; Movimentos sociais
	PERMANENTE	4.2.7. Acompanhar e apoiar a gestão de negócios já existentes.	Sebrae (coordenação); Municípios; STDS
		4.2.8. Fomentar surgimento de microempresas.	Sebrae (coordenação); municípios, STDS
		4.2.9. Atrair empresas detentoras de tecnologia.	FIEC (coordenação) investidores; câmaras setoriais; entidades de classe; CEDE/Adece; prefeituras
		4.2.10. Qualificar os fornecedores à cadeia produtiva através do Programa de Desenvolvimento Regional – PDR; investidores entram com a apresentação de sua demanda.	CEDE (Coordenação); FIEC (IEL); Sebrae; investidores
		4.2.11. Promover a divulgação das políticas públicas de atração de investimentos e/ou investidores.	CEDE/Adece (Coordenação); FIEC; entidades de classe; municípios

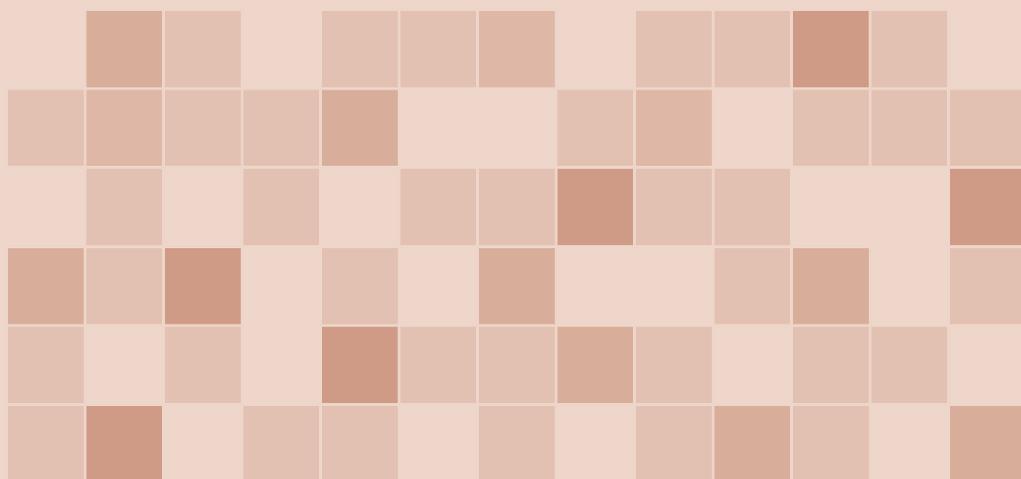
DIRETRIZ	PRAZO	AÇÕES	COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO
<b>4.3 Apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.</b>	CURTO	4.3.1. Formar incubadoras.	Secitece - Comitê/núcleo de inovação (coordenação); Instituições de Ensino e Pesquisa; investidores; Nutec/UFC; UECE / Unifor; Sinepe/ FIEC / IFCE
	MÉDIO LONGO	4.3.2. Aproximar centros de tecnologias e universidades e entidades de apoio à pesquisa das empresas investidoras.	Secitece (coordenação); Instituições de Ensino Superior; investidores / IEL
		4.3.3. Aproximar as câmaras de comércio internacionais e as câmaras setoriais das empresas.	CEDE/Adece (Coordenação); empresas âncoras; entidades de classe; FIEC
		4.3.4. Criar comitê/núcleo de inovação.	Secitece (Coordenação); universidades; centros de ensino e pesquisa; FIEC (entidades de classe); sindicato das indústrias; IFCE
		4.3.5. Adequar as linhas de financiamento de pesquisa à produção e à adoção de novas tecnologias.	Secitece (Coordenação); instituições de ensino e pesquisa; investidores; BNB / Bndes
		4.3.6. Criar incentivos fiscais para adoção de novas tecnologias.	CEDE/Adece (Coordenação); FIEC / Sefaz MCTI / Sefins

## **ESTRATÉGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO**

A implementação das ações propostas pressupõe a sensibilização dos gestores públicos para a criação de agências municipais de desenvolvimento e a reestruturação de secretarias, em particular, a Secretaria das Cidades, para que essa possa desenvolver as funções de desenvolvimento institucional dos municípios e o apoio e fomento ao sistema produtivo local e regional.

## DESAFIO 5

AJUSTAR O DESCOMPASSO ENTRE  
OFERTA E DEMANDA DE MÃO DE OBRA,  
BENS E SERVIÇOS





## DESAFIO 5

### AJUSTAR O DESCOMPASSO ENTRE OFERTA E DEMANDA DE MÃO DE OBRA, BENS E SERVIÇOS

#### SÍNTESE

A qualificação da mão de obra e a disponibilidade de bens e serviços necessários para atender às necessidades das empresas localizadas no CIPP constituem fatores críticos para o desenvolvimento do complexo. Os dados constatarem que os índices de qualidade da escolaridade do estado do Ceará e os serviços fornecidos não são considerados satisfatórios. É necessária uma análise aprofundada dos bens disponíveis para definir a quantidade e qualidade desses, contidos no mercado cearense.

#### CONTEXTO

A necessária compatibilização entre a demanda e oferta de mão de obra qualificada para as necessidades do CIPP e das oportunidades de negócios, a serem geradas sob sua influência, é um dos fatores de extrema relevância para que o empreendimento gere, de fato, um desenvolvimento equilibrado e a melhoria da qualidade de vida, não apenas na região, mas para todo o estado do Ceará.

A educação formal e a capacitação nos diferentes níveis são elementos fundamentais para que ocorra o desejado equilíbrio entre demanda e oferta de mão de obra. Segundo dados do IPECE, a taxa de escolarização da população no ensino fundamental dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante apresentou uma leve redução no indicador, mas foram mantidos percentuais elevados entre 2007 e 2011. Em ambos os municípios, as taxas de escolarização reduziram o avanço do ensino médio. Em Caucaia, onde a situação é mais grave, o indicador passou de 50,4% para 38,4% e em São Gonçalo do Amarante, oscilou de 73,8% para 70,2%.

O processo de aprendizagem e qualificação profissional na formação, em nível técnico, ou superior e a produtividade do trabalho são negativamente afetados. Precisam ser construídas políticas públicas no intuito de reverter esse quadro, evitando que os jovens fiquem à margem do processo de desenvolvimento, em especial para esse novo mercado de trabalho, com maior número de empregos formais e exigência de mão de obra mais profissionalizada.

O crescimento experimentado pelas economias de Caucaia e São Gonçalo do Amarante já afetou de modo positivo o mercado de trabalho formal. Entre 2007 e 2011 o emprego formal, em Caucaia, cresceu 66,1% e em São Gonçalo do Amarante 157%. Nos dois municípios, o maior crescimento ocorreu no setor de serviços e comércio, com o setor industrial ficando em segundo lugar. A administração pública, ainda, representa uma parcela significativa dos empregos formais existentes<sup>1</sup>.

A remuneração teve maior evolução nos salários mais baixos. A maior parcela de crescimento ocorreu nas faixas de 0,5 a 4,0 salários mínimos, que registraram uma expansão de 89,4% em Caucaia e 83,3% em São Gonçalo do Amarante, entre 2007 e 2011. A pesquisa demonstra que o número de postos de trabalho se deu na direção das colocações que remuneram menos, tendência associada ao perfil do emprego gerado, bem como o perfil do trabalhador contratado. Tal crescimento reflete a expansão dos empregos com menores exigências em termos de qualificação, com tarefas de menor complexidade.

As expectativas de médio prazo apontam, entretanto, para uma mudança nesse perfil, especialmente, em relação ao setor industrial, que tende a ganhar importância na dinâmica do Complexo e aponta para a crescente demanda por mão de obra qualificada.

No contexto de elaboração do Cenário Atual do CIPP, foi realizada uma pesquisa intitulada “Panorama do CIPP”, sob a coordenação do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos – CAEAE, quanto à demanda de mão de obra, insumos e serviços para um período de cinco anos. A pesquisa constatou que o total de trabalhadores em 11 empresas que estão operando, ou em fase de pré-operação, em 2012, é de 4.746 trabalhadores. A estimativa para 2016 aponta para 38.270 trabalhadores, indicando aumento expressivo em termos quantitativos e mudança no perfil profissional, ampliando a demanda por profissionais nas áreas de engenharia, telecomunicações, eletricidade e eletrotécnica, mecânica, gestão e administração. Mas, nesse período é mantida uma significativa demanda por pedreiros, carpinteiros, ajudantes em geral.

1 Dados constantes no documento “Cenário Atual do Complexo Industrial e Portuário do Pecém” – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará- Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos, Fortaleza, Ceará, 2013.

Em termos qualitativos, os pesquisados apontaram para algumas questões relevantes sobre a mão de obra, que refletem na dificuldade em utilizar a população da região que se inicia com uma formação educacional básica deficiente, mas que extrapola as limitações da educação formal e técnica. Expressam-se, também, numa “cultura” de pouca experiência e afinidade com as exigências do emprego formal, em especial no setor industrial, uma questão antropológica e social a ser considerada e trabalhada.

É premente a necessidade de melhor qualificação profissional dos trabalhadores nos setores de prestação de serviços, em geral, especialmente, dos estabelecimentos na região do entorno do CIPP, tendo em conta o aumento significativo na demanda e a maior exigência no padrão de atendimento.

Outro grave problema apresentado pelas instituições e entidades participantes do Pacto é a quantidade de trabalhadores utilizados em serviços temporários, em especial no início de implantação dos empreendimentos e posteriormente dispensados por não terem a qualificação necessária para novos postos de trabalho. A constatação aumenta a população desocupada dos municípios do entorno, refletindo-se nas consequências sociais já citadas nos demais desafios. É pertinaz o desenvolvimento de programas de requalificação da mão de obra.

Em termos de infraestrutura de suporte para educação profissional, o Governo do Estado construiu o Centro de Treinamento Técnico do Estado do Ceará – CTTC sob a coordenação da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – Secitece, localizado no município de Caucaia. O Centro tem por objetivo formar mão de obra básica e continuada para projetos estruturantes do estado, em especial os instalados no CIPP. A previsão é formar 12 mil pessoas/ano, prevendo oferecer, inicialmente, cursos nas áreas de construção civil, eletromecânica e petroquímica. O CTTC, ainda, se encontra na fase de instalação, aquisição de equipamentos e definição de uma gestão compartilhada com o Senai para que o seu funcionamento possa ser viabilizado.

Por solicitação do governador Cid Gomes, foi realizado um estudo intitulado “Plano Estratégico para Educação Profissional” pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC). Apresentado, em outubro de 2012, ao Conselho Gestor do CIPP, a sua elaboração partiu de um mapeamento de oferta e demanda junto às instituições de ensino e às empresas instaladas no CIPP<sup>2</sup>. Em seguida, serão definidas as diretrizes e linhas de ação, papéis e responsabilidades. A análise verifica que as maiores

<sup>2</sup> Instituições de Ensino participantes: Centec, ESP, IEL, IFCE, Secitece, Seduc, Senai, SESI, STDS, UECE, UFC, Unifor, UVA

Empresas: Aerys Energia, CSP, Energia Pecém, Petrobras, Votorantim e Hydrostec

quantidades de profissionais demandados em Formação Inicial e Continuada – FIC e Ensino Médio e Técnico – EMT estão nos eixos de Infraestrutura, Controles e Processos Industriais de Gestão de Negócios. No Ensino Superior e Pós-graduação (ESP), a Engenharia e Administração são os cursos mais procurados.

O estudo destaca que, frente ao perfil hoje existente e a demanda mapeada, se fazem necessárias ações estratégicas, envolvendo as esferas pública e privada, para maximizar o aproveitamento das oportunidades e de todo o processo de mudança por que passa a região e o estado. Neste contexto, além de formar a mão de obra com as qualificações identificadas, será necessário garantir a formação básica. Para tanto, as taxas de escolarização no ensino médio devem ser profundamente melhoradas. É constatada, ainda, a baixa aderência entre os atuais conteúdos curriculares dos cursos oferecidos frente às competências requeridas pelas empresas, precárias instalações e deficiência na formação de educadores, em especial, nas Ciências: Matemática, Química, Física e Biologia.

O estudo aponta para a necessidade de definição de um modelo de gestão da capacitação; do desenvolvimento de um Plano Integrado de Educação Profissional; do estabelecimento de mecanismos de acesso e manutenção do sistema educacional para alunos e docentes, e da adequação da capacidade instalada existente para a demanda que se apresenta para absorção da mão de obra, entre outros aspectos.

Frente ao desafio de ajustar o descompasso entre oferta e demanda de mão de obra, bens e serviços às necessidades do CIPP e seu entorno, as instituições e entidades participantes do Pacto pelo Pecém identificaram as seguintes diretrizes e respectivas ações.

## DIRETRIZES

- Implementação do plano de capacitação da mão de obra.
- Elaboração de um plano de qualificação de fornecedores.
- Ampliação da pesquisa realizada pelo Conselho, para as empresas que estão em processo de implantação (mão de obra, serviços, insumo).
- Realização de capacitações de mão de obra para reabsorção no mercado de trabalho.

## AÇÕES PROPOSTAS

DIRETRIZ	PRAZO	AÇÕES	COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO
<b>5.1. Implementação do plano de capacitação de mão de obra.</b>	CURTO	5.1.1. Constituir um grupo multi-institucional regular para realizar um diagnóstico (monitoramento e avaliação) das demandas do CIPP (observatório)	Conselho Gestor CIPP unidade gestora do CIPP
		5.1.2. Definir a metodologia de acompanhamento (avaliação) dos cursos ofertados	FIEC/Senai (coordenação), IFCE
		5.1.3. Integrar o PET (*) ao plano estratégico de capacitação coordenado pela FIEC. Ampliação do programa a todo o CIPP	FIEC/Senai (coordenação), instituições de educação profissional (IFCE, Senai, escolas profissionalizantes, etc.) em articulação com as empresas demandantes
	PERMANENTE	5.1.4. Alinhar oferta de formação de profissional às demandas das indústrias do CIPP	FIEC/Senai (coordenação), instituições de educação profissional (IFCE, Senai, escolas profissionalizantes, etc.) em articulação com as empresas demandantes
		5.1.5. Implementar o plano de capacitação com foco nas demandas atuais e futuras do CIPP	FIEC/Senai (coordenação) instituições de educação profissional (IFCE, Senai, escolas profissionalizantes, etc.)
		5.1.6. Realizar capacitações de mão de obra para reabsorção no mercado de trabalho	FIEC/Senai (coordenação), instituições de educação profissional (IFCE, Senai, escolas profissionalizantes, etc.)
		5.1.7. Atualizar plano estratégico de capacitação coordenado pela FIEC	FIEC/Senai (coordenação) instituições de educação profissional. (IFCE, Senai, escolas profissionalizantes, etc.)

DIRETRIZ	PRAZO	AÇÕES	COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO
5.2. Capacitação dos fornecedores locais.	CURTO	Criação de um observatório das empresas do CIPP, com o objetivo de identificar e estruturar as demandas de negócios	FIEC (coordenação) Sebrae/ Adece/ Entidades de classe
		Fortalecer a comunicação e o associativismo junto às entidades de classe, visando a aproximar a oferta e a demanda no CIPP via PDR e escritórios regionais das instituições	CEDE/Adece (coordenação) FIEC/ Sebrae/ Adece/ Entidades de classe Agropólos
	MÉDIO	Elaboração e execução do plano de qualificação de fornecedores	Sebrae e empresas

## ESTRATÉGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO

A implementação desses itens da agenda ficarão sob responsabilidade da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC).

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

(\*) O PET é uma iniciativa que visa a propiciar aos empreendimentos instalados no CIPP um maior aproveitamento da mão de obra local, com a realização de treinamentos que atendam a demanda de cada fase dos empreendimentos.

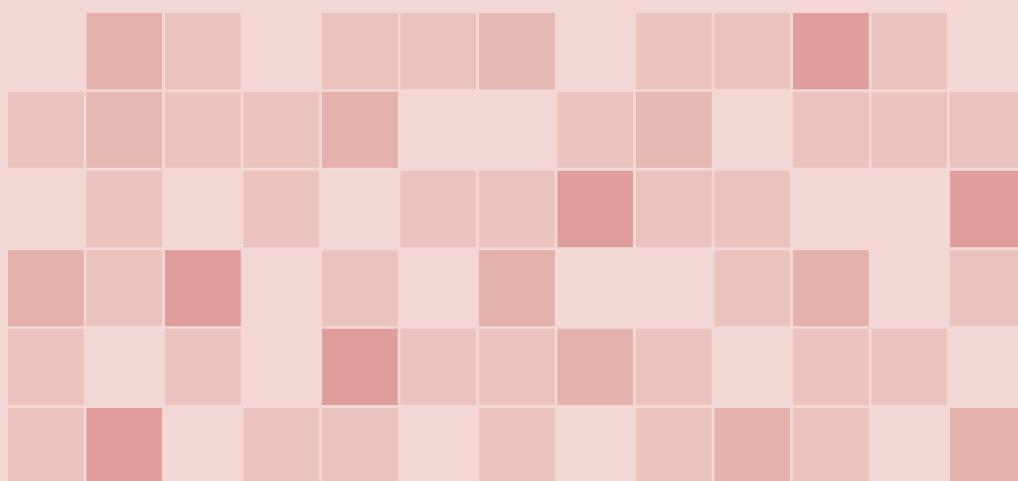
19 entidades signatárias do termo de cooperação técnica do PDR, entre entidades de classe, governo estadual e municipal (Caucaia, Maracanaú, Paracuru e São Gonçalo do Amarante), instituições de ensino e instituições de intermediação de mão de obra.

**Eixos de atuação:** capacitação e qualificação; intermediação de mão de obra e monitoramento do mercado de trabalho.

**Objetivos:** fortalecimento da cultura industrial; fortalecimento do trabalho e empregabilidade e valorização do treinamento continuado.

## DESAFIO 6

INTEGRAR O PLANEJAMENTO DOS  
MUNICÍPIOS DE SÃO GONÇALO DO  
AMARANTE E CAUCAIA E DO CIPP





## DESAFIO 6

### INTEGRAR O PLANEJAMENTO DOS MUNICÍPIOS DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE E CAUCAIA E DO CIPP

#### SÍNTESE

A gestão do Complexo deverá integrar o Plano Diretor do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP com os planos diretores urbanos dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, bem como com os diversos planos já existentes, de forma a dar unidade a esses instrumentos de gestão na área. Deverá, ainda, considerar os cenários futuros projetados para a Região Metropolitana de Fortaleza.

#### CONTEXTO

A área de intervenção do CIPP e seu entorno vêm sendo estudadas há vários anos, através de muitos projetos, estudos de impacto e até planos diretores e legislação específica de ordenamento do uso e ocupação do solo. Mas, esses instrumentos de planejamento não foram elaborados de forma integrada e em sua maioria não foram absorvidos e respeitados, o que tem resultado em muitos dos problemas apontados na área ambiental, social e econômica.

Entre os estudos e planos diretores existentes destacam-se por sua abrangência os apresentados a seguir<sup>1</sup>:

---

1 Maiores detalhes sobre os referidos estudos encontram-se no Cenário Atual do CIPP – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará- Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos, Fortaleza, Ceará, 2013.

### **Plano de Estruturação Urbano-Regional da Área de Influência do CIPP**

Elaborado em 2000, constitui-se uma proposição em escala macrorregional, estabelecendo novas qualificações para o território e medidas complementares para as necessárias dotações de infraestrutura e controle de usos e ocupações. Defende a consolidação de uma futura rede urbana equilibrada com preservação de qualidades ambientais, apoiadas num sistema de mobilidade eficiente e de redução dos efeitos da conurbação, priorizando os núcleos populacionais existentes como centros de emprego acessíveis e com qualidade urbana. Esse plano foi desenvolvido pelo Governo do Estado, em parceria com as prefeituras municipais de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. Não há informações sobre sua implementação.

### **Avaliação Ambiental Estratégica - AAE**

Em junho de 2005, a Secretaria da Infraestrutura – Seinfra contratou um estudo visando a estabelecer os parâmetros básicos, do ponto de vista ambiental, socioeconômico, tecnológico e de estruturação territorial, para aplicação na área do CIPP. A Avaliação Ambiental Estratégica constituiu-se em um estudo voltado para orientar e estimular as futuras ações públicas e privadas na área e, ao mesmo tempo, ser um referencial normativo, apoiado por critérios ambientais e locais para ação dos órgãos ambientais e de controle urbano que supervisionam a ocupação do território. Os estudos associados ao zoneamento ambiental foram complementados com a previsão de impactos no ambiente natural, em face de implantação do complexo industrial e portuário, definindo-se para isso as principais medidas compensatórias, com base na instalação e manejo das unidades de conservação já implantadas na área do CIPP. Propôs, ainda, o Programa de Desenvolvimento Econômico e Físico Territorial do complexo e área de influência.

### **Plano Diretor Industrial do CIPP**

O Plano Diretor do CIPP foi contratado em 1997, pela Companhia de Desenvolvimento do Ceará, vinculada à Secretaria de Indústria e Comércio, com o objetivo de propor o parcelamento e o macrozoneamento de usos para as **Áreas Industriais I e II**, definidas como: Polo Metal-Mecânico; Serviços de Apoio/Supporte Industrial e Polo de Rochas Ornamentais, além da definição da rede viária de contorno e acesso a essas áreas e, as áreas destinadas ao sistema intermodal e as distribuidoras de derivados de petróleo.

Esse planejamento inicial da infraestrutura do CIPP, posteriormente, incorporou modificações no que se refere às áreas de futura expansão urbana e nos sucessivos ajustes de otimização do *layout* do sistema viário e no próprio zoneamento industrial, desenvolvidos pela extinta Seteco, no decorrer da implantação de algumas das obras previstas. Nessa perspectiva, foram realizadas novas versões do Plano Diretor, nos anos de 2000, 2006 e a vigente, em 2009. Atualmente, o CIPP apresenta uma planta de ocupação constituída pelas instalações portuárias, áreas de proteção ambiental, duas áreas urbanas e quatro setores para ocupação industrial e de serviços.

A integração do Complexo no contexto metropolitano foi objeto de análise aprofundada, tendo em vista o quadro socioeconômico e de urbanização regional. Mas, as ações para integrar o Plano Diretor do CIPP com os planos diretores de desenvolvimento urbano dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, ainda, estão em curso, sob a responsabilidade do Governo do Estado e não se tem informação de articulações desses com a o Plano Diretor de Fortaleza e Região Metropolitana.

A compreensão de que a versão atual do Plano Diretor contempla o conjunto de setores produtivos, de serviços, institucionais e de infraestrutura de apoio em uma concepção mais inovadora e atual do CIPP não minimiza a visão do empresário já instalado e da sociedade organizada da região, de que o planejamento, ainda, não alcançou o nível executivo dos projetos setoriais.

Os setores e subsetores planejados no *layout* geral não são materializados em campo. As áreas institucionais, de serviço e de habitação não estão sob o domínio do estado e tampouco mapeadas no campo com a destinação dos diversos usos e as formas de ocupação e desenvolvimento dessas áreas. A infraestrutura de apoio interna do CIPP não está projetada para construção. Não há divulgação dessas ações e de como serão realizadas e, por conseguinte, a população local não conhece, não opina, não defende e não se sente copartícipe do Projeto.

### **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Caucaia - PDDU**

O PDDU/ CAUCAIA instituído pela Lei nº 1.365, de 15 de maio de 2001, com horizonte de planejamento para 20 anos, é um instrumento norteador da administração municipal e de toda a sociedade. Aborda os problemas existentes no município, sejam sociais, econômicos ou ambientais, propondo soluções para obter uma melhoria da qualidade de vida da sua população. O plano é um relatório de caracterização com levantamento de dados geográficos, territoriais, popula-

cionais, sociais e econômicos, composto por quatro documentos com propostas para o desenvolvimento sustentável do município: O Plano Estratégico, o Plano de Estruturação Urbana, o Projeto de Implementação e a Legislação Urbana, que estabelece o ordenamento territorial e amplia substancialmente a zona urbana do município, colocando nessa categoria toda a região situada entre a BR 222 e o mar.

No nível do “Cenário Atual do CIPP”, no entanto, não foi possível avaliar o quanto o município se desenvolveu com a lógica do planejamento que orientou, passo a passo, os caminhos da gestão municipal. No momento, o PDDU está sendo avaliado e passará por uma atualização para identificar e dimensionar os progressos, inserir inovações e corrigir os rumos para novos horizontes temporais e, fundamentalmente, estabelecer a integração com o PDDU de São Gonçalo do Amarante e com o Plano Diretor do CIPP.

### **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de São Gonçalo do Amarante**

O Plano Diretor do Município de São Gonçalo do Amarante instituído pela Lei Complementar nº 49, de 17 de junho de 2009, é composto por um Plano Estratégico e um Plano de Estruturação Urbana. A legislação básica elaborada é consequência direta das proposições constantes do Plano de Estruturação Urbana, resultado dos debates com a sociedade civil nas oficinas e nos fóruns realizados, e está formada pelas seguintes leis: Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Lei de Organização Territorial, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Lei do Sistema Viário Básico e Código de Obras e Posturas. Na conclusão do Plano, foi elaborada a “Estratégia de Implementação do PDDU”, contendo um conjunto de providências iniciais e sucessivas para a execução do PDDU.

Diferentemente do PDDU de Caucaia, o de São Gonçalo do Amarante não propõe estudo específico para o CIPP, embora as principais estratégias para o desenvolvimento do município considerem os benefícios decorrentes das ações do empreendimento. O Plano Diretor Participativo (PDP) de São Gonçalo do Amarante, também, se encontra em processo de atualização.

Verifica-se um significativo volume de informações, estudos, proposições e normativos legais e constata-se que o planejamento vem sofrendo sucessivas modificações, em função da dinâmica de implantação do CIPP. Todavia, não há incorporação de elementos básicos essenciais para o êxito de empreendimentos desse porte. Há ausência dos ativismos sociais na condição de protagonistas da

produção do espaço urbano e autores de estratégias e planejamentos alternativos. Inexiste, também, a inserção do urbanismo como modalidade específica da atividade planejadora e fundamental para equacionar as relações do homem com o meio ambiente face à construção e operação do CIPP.

Os debates realizados por ocasião das oficinas temáticas para construção do Cenário Atual do CIPP evidenciam a preocupação dos segmentos institucionais envolvidos com relação à não integração do planejamento urbano da região do CIPP com a chamada “Grande Fortaleza”. Tal realidade gera problemas nas cidades e povoações situadas na área do empreendimento e seu entorno. São, facilmente, percebidas a inadequação na localização de equipamentos sociais; especulação imobiliária; a acelerada demanda por alojamentos e moradias; a ocupação de áreas de proteção e sem infraestrutura adequada; a favelização; o sistema viário e de transportes deficiente e o agravamento de problemas sociais, especialmente, nas áreas de saúde e segurança.

Frente a esse contexto e à preocupação em relação ao agravamento da situação registrada, decorrentes da ausência de integração do planejamento urbano dos municípios sob sua área de influência, as instituições e entidades participantes do Pacto pelo Pecém identificam como diretrizes as que se apresentam a seguir.

### **DIRETRIZES**

- Definição mais precisa das áreas de influência do CIPP.
- A participação de todos os setores da sociedade.
- Observação de uma visão local, regional e estadual.
- Articulação e compatibilização dos planos já existentes.
- Estabelecimento de uma visão de futuro para a Região Metropolitana de Fortaleza.

## AÇÕES PROPOSTAS

DIRETRIZ	PRAZO	AÇÕES	COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO
<b>6.1. Promoção do alinhamento entre os planos diretores da região do CIPP</b>		6.1.1. Definição dos limites do território estratégico do CIPP, a partir de um novo Território Estratégico do CIPP, de um macrozoneamento territorial, indicando um novo limite territorial, com a inclusão de municípios que irão compor o referido território, para fins de planejamento e implantação de políticas de interesse comum.	Unidade gestora; municípios; Seinfra/ Seplag CIDADES/Semace/ Cogerh
		6.1.2. Macrozoneamento territorial integrado, considerando o território estratégico do CIPP, articulando áreas urbanas, periurbanas e rurais.	Unidade gestora; municípios; Seinfra/Seplag Cidades/Semace Cogerh
		6.1.3. Levantamento de indicadores dos planos diretores dos municípios envolvidos no território estratégico do CIPP.	Unidade gestora; municípios; Seinfra/ Seplag Cidades/ Semace Cogerh
		6.1.4. Elaboração de um plano de ações emergenciais para o novo território estratégico do CIPP.	Unidade gestora
		6.1.5. Congelamento do limite urbano – definição de áreas para concentração de infraestrutura (policentros)	Conselho da RMF
		6.1.6. Desenvolver política de sensibilização para a necessidade de planejamento	Municípios
		6.1.7. Criação de agências de desenvolvimento local	Municípios
		6.1.8. Compatibilizar a demarcação da área da ZPE com o decreto presidencial, ou alterar o decreto presidencial para que a ZPE se situe nos municípios de São Gonçalo do Amarante (92%) e Caucaia (8%).	Conselho da RMF

## ESTRATÉGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO

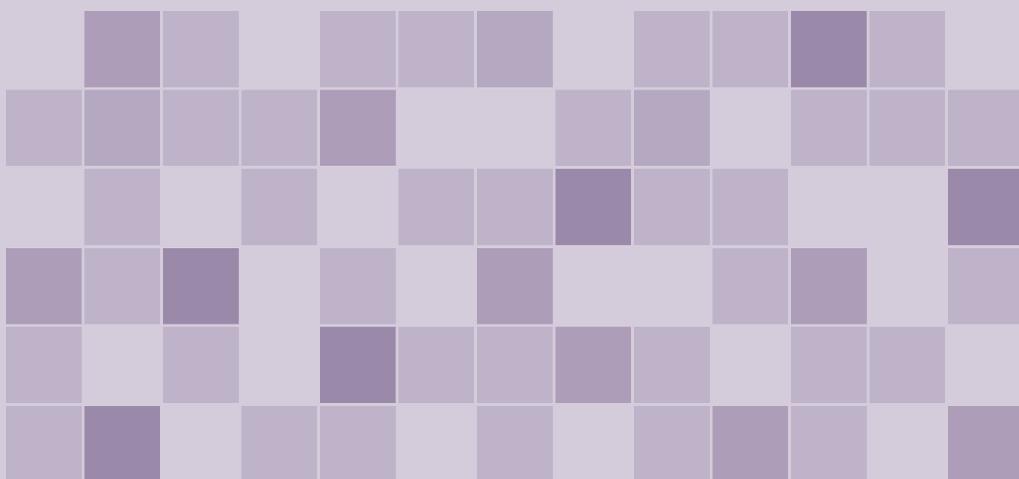
O alinhamento dos instrumentos de planejamento pressupõe:

- que o Governo do Estado assegure uma interface obrigatória do Plano Metropolitano em contratação com todos os planos e projetos setoriais existentes da região, definindo estratégia de curto, médio e longo prazos, de forma que o mesmo possa servir como base para o alinhamento dos planos diretores municipais;
- que seja definido e implantado um modelo de governança e arranjo institucional/político (propositivo / deliberativo / executivo / monitoramento) com respectiva unidade operativa, voltado para consolidação do empoderamento das quatro frentes e para dar vida aos planos (transformar planos em políticas e ações – planejamento macro), bem como a criação de espaços institucionais de diálogo (temáticos) como instância de articulação entre os diversos órgãos;
- que o Governo do Estado resgate o papel de planejamento regional da Secretaria das Cidades;
- que sejam criadas as unidades operativas dos conselhos – CEDE, APL, câmaras setoriais da Adece e Conselho Deliberativo da Região Metropolitana da RMF.



## DESAFIO 7

APERFEIÇOAR O SISTEMA DE GESTÃO  
COM CAPACIDADE PARA DESENVOLVER  
UMA GESTÃO COMPARTILHADA





## DESAFIO 7

### APERFEIÇOAR O SISTEMA DE GESTÃO COM CAPACIDADE PARA DESENVOLVER UMA GESTÃO COMPARTILHADA

No processo de construção do cenário atual do CIPP, ficou evidenciada a necessidade da definição e implantação de um modelo de governança que, entre suas funções, viabilize a gestão interna do Complexo; promova a integração do planejamento e a implementação das políticas públicas na área direta de influência do CIPP e estabeleça mecanismos de atração e fixação das cadeias produtivas, visando a dinamizar os efeitos positivos do CIPP para todo o estado, promovendo a boa governança que se caracteriza pela transparência, orientação para o consenso, igualdade, inclusividade, efetividade, eficiência e prestação de contas.

A gestão do Complexo tem sido uma preocupação comum a todos os setores participantes das discussões sobre o CIPP. Preocupações que variam da carência de informação sobre a existência de um sistema de gestão até as que, mesmo conhecendo o atual sistema, criticam o atraso na sua implementação, ou ausência de participação de todos os setores.

Desde a sua origem, o CIPP é um projeto gerenciado no âmbito do governo estadual. Vem sendo gerenciado no âmbito da Seinfra, com o apoio de outros órgãos estaduais envolvidos em ações específicas, por ser voltado, prioritariamente, para ampliar a infraestrutura e garantir a oferta de incentivos fiscais.

Por força de pressões externas ao empreendimento, em particular, por parte do Ministério Público Federal, o Governo criou, ao longo dos anos de implementação do CIPP, diversos grupos técnicos de acompanhamento, entre os quais o Grupo de Trabalho Interdisciplinar (GTIs), a partir de 1995. Em fevereiro de 1996, foi criado o Grupo Interno de Acompanhamento do Projeto de Construção do CIPP (GTI-5); em 1997, o Grupo de Trabalho Participativo para o acompanhamento das ações referentes à implantação do CIPP; em 2003, o Grupo de Trabalho Participativo com o objetivo de acompanhar, apoiar e monitorar as ações do

Complexo e em 2010, o Grupo de Monitoramento de Ações Interinstitucionais e setoriais (GMAIS).<sup>1</sup>

Somente em dezembro de 2011, o modelo de gestão do CIPP foi criado pela Lei nº. 15.083, que instituiu um modelo de gestão para o CIPP e áreas do entorno, definindo três instrumentos de gestão: Plano Diretor; Conselho Gestor; Unidade Gestora do CIPP e Áreas de Entorno. Inicialmente criado com 17 representações, todas governamentais, foi alterado um ano depois pela Lei nº. 15.248, de 17 de dezembro de 2012, ampliando sua composição para 33 representações, inserindo a participação do setor empresarial e da sociedade civil.

O **Conselho Gestor** é um órgão de apoio ao planejamento de ações na região abrangida pelo CIPP e entorno, vinculado ao Gabinete do Governador. Tem entre suas competências: I - contribuir e referendar o Plano Básico de Ação (PBA) e os planos operacionais anuais, apresentados pela Unidade Gestora (UG), com base em consultas prévias aos órgãos estaduais e outras instâncias atuantes no CIPP; II – avaliar, anualmente, a situação do CIPP e da implantação do PBA, com base em relatório de acompanhamento fornecido pela UG; III - opinar, previamente, a qualquer órgão ou entidade estadual, sobre a instalação de empreendimentos industriais e empresas no CIPP e sobre quaisquer equipamentos no seu entorno, relacionados ao complexo.

Em funcionamento a partir de 2012, sob a coordenação da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), o Conselho Gestor definiu, inicialmente, três eixos de trabalho: Território; Capacitação e Oportunidades de Negócios. Foi identificado um conjunto de dificuldades existentes e proposições de superação mais emergenciais, na busca de trabalhar uma visão de futuro, levantando as potencialidades da área. As responsabilidades para desenvolvimento dos trabalhos foram atribuídas às diferentes instituições que o compõem. Nos resultados apresentados ao Governador Cid Gomes, no final de 2012, destacam-se os encaminhamentos de realizar-se estudo para integrar os PPDU de Caucaia, São Gonçalo do Amarante e o CIPP e a proposta da FIEC assumir, por intermédio do Senai, a gestão do Centro de Treinamento Técnico do Ceará – CTTC.

A **Unidade Gestora do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (UG)** vinculada ao Gabinete do Governador, criada com a finalidade de articular e executar as ações para garantir a implantação e o pleno funcionamento do CIPP, ainda, não está instalada. A sua estrutura compõe-se de: Presidência; Diretoria de

1 Maiores informações sobre os grupos de acompanhamento encontram-se no documento “Cenário atual do CIPP” – Assembléia Legislativa do Ceará- Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos, Fortaleza, Ceará, 2013.

Planejamento e Gestão; Diretoria de Sustentabilidade Socioambiental; Diretoria de Infraestrutura e Ouvidoria. Terá entre suas principais atribuições: **I** – planejar, articular, executar e avaliar as ações para garantir a implantação e o pleno funcionamento do CIPP, em sua área específica, bem como nas diferentes áreas do entorno, a serem definidas por decreto do chefe do poder executivo, de modo a garantir a adequação e a sustentabilidade de condições sociais, ambientais e de infraestrutura; **II** – propor o Plano Básico de Ação (PBA) para o CIPP e áreas do entorno e executá-lo após ser referendado pelo Conselho Gestor e homologado pelo governador do estado e **III** – propor a estrutura de gestão e funcionamento definitivos para a Unidade Gestora, visando ao gerenciamento do CIPP de acordo com seu Plano Diretor.

As inúmeras iniciativas de constituição de grupos de articulação e acompanhamento, ao longo do processo de implantação do CIPP e da instituição do Conselho Gestor, que recentemente passou para a coordenação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico (CEDE), enfrenta dificuldades para sua efetiva implantação.

Os espaços criados por meio dos grupos de trabalho do Pecém para garantirem a participação social cumprem muito mais um papel formal, não se constituindo, efetivamente, um espaço de disponibilização de informações, avaliação dos projetos e mediação entre o governo, empresas e as comunidades impactadas pelo CIPP.

As empresas instaladas no Complexo vêm desenvolvendo uma organização para fortalecer a atuação cooperativa entre si, para que possa representar os interesses coletivos do setor empresarial ali localizado, de forma a acelerar as soluções de questões operacionais e estruturais internas.

Os municípios, por sua vez, necessitam exercer uma atuação compartilhada na região, formalizando parcerias para a gestão na área do CIPP, a exemplo da implantação de aterros sanitários e tratamento adequado dos resíduos sólidos e a possível integração de outros serviços, sem esquecer a importância da articulação com a Região Metropolitana de Fortaleza. Muitos dos problemas existentes na história do complexo são referentes às dificuldades de comunicação e acesso às informações que assegurem a transparência necessária à sua boa governança.

Não se verifica a existência de um espaço para as comunidades locais se informarem dos projetos do governo e das empresas. Os municípios, também, precisam do acesso à informação para realizarem um melhor planejamento de suas políticas de governo. As instituições de ensino e pesquisa necessitam de mecanismos de aproximação dos novos empreendimentos a fim de que possam

desenvolver seus programas formativos alinhados com o mercado. As empresas, principalmente, as locais, precisam envolver-se nas oportunidades de negócios que poderão advir dos empreendimentos do Complexo.

As informações disponibilizadas pela Seinfra, Ipece e outras secretarias de estado em suas páginas eletrônicas, somando-se aos dados do IBGE, IPEA e outras instituições são insuficientes para atender às necessidades do CIPP e sua área de influência, que necessita de um sistema de informações integradas e de fácil acessibilidade, a partir de amplo programa de comunicação com toda a sociedade.

O que se tem constatado, em termos de governança, especialmente, de projetos e empreendimentos complexos como o CIPP é de que a implementação das políticas públicas de incentivos fiscais e criação de infraestrutura por si só, geralmente, têm sido incapazes de lidar com as questões relacionadas com as organizações sociais e institucionais, refletindo, na maioria das vezes, o paradigma que prioriza o caráter tecnicista e marcadamente centralizador.

O elemento chave no processo de desenvolvimento do complexo é o estado, enquanto instituição capaz de coordenar todas essas formas de arranjos cooperativos que se manifestam no âmbito territorial, bem como criar estruturas de incentivo, legal ou institucional, que estimulem o processo de gestão participativa, incluindo todos os setores e segmentos envolvidos, com a função, entre outras coisas de definir e proteger direitos através de uma estrutura de governança.

Frente à complexidade de definir um modelo de governança para o CIPP que contemple o estabelecimento de diferentes instâncias de gestão, participação e controle social, nas instituições e entidades participantes do Pacto pelo Pecém foram identificaram algumas diretrizes.

- Identificação de um modelo de governança mais adequado à realidade do CIPP.
- Garantia da participação da sociedade.
- Estruturação e disponibilização de um sistema de informações.
- Consideração da necessidade de descentralização.
- Consideração do CIPP como ente perene, além das interesses superiores às disputas partidárias.
- Inclusão dos atores de instituições de ensino superior, representações da sociedade civil de Caucaia e São Gonçalo do Amarante.

- Publicidade das deliberações do Conselho Gestor nos meios de comunicação de massa.
- Criação de um organismo e definição de uma sistemática de acompanhamento e controle social mais amplo do CIPP no âmbito da Assembleia Legislativa.
- Implantação efetiva de uma unidade gestora do CIPP.
- Fortalecimento e articulação do "tripé" governo-empresariado-sociedade.
- Fortalecimento da integração entre o CIPP e a sociedade local.

## A PROPOSTA DE UM SISTEMA DE GESTÃO PARA O CIPP

A proposição de um sistema de gestão do CIPP pressupõe um modelo mais complexo que integre as diversas funções de gestão, apontadas ao longo das discussões sobre o enfrentamento dos desafios impostos ao desenvolvimento do complexo e seu entorno: propositivas, consultivas, deliberativas, executivas, incluindo a necessária articulação dos diferentes órgãos e instâncias envolvidas e o monitoramento das ações.

Observa-se, portanto, que o sistema de gestão deve atender às dimensões internas e externas do CIPP. Sendo a dimensão interna o espaço de decisão inerente aos integrantes que compõe o CIPP – empresas, governo do estado e municípios –tratando de questões como planejamento, execução e avaliação das ações para garantir a implementação e o pleno funcionamento do CIPP, a adequação das condições de infraestrutura, bem como fornecimento de serviços comuns às empresas.

Por sua vez, a dimensão externa ao CIPP, de âmbito público, mas com o qual a ele se articula, integraria os setores e instâncias impactadas pelo complexo, tratando de questões como: infraestrutura pública necessária para atender as demandas sociais adicionais promovidas pelas empresas que se instalam no CIPP; ordenamento territorial da região; mobilidade e transporte na região; questões sociais resultantes dos impactos da implantação e funcionamento das empresas do CIPP.

**Quadro – Instâncias Componentes do Sistema de Gestão**

INSTÂNCIA	PAPEL NA GESTÃO
Conselho Gestor do CIPP	Deliberar sobre o plano de ações do CIPP e os aspectos de infraestrutura do Complexo.
Unidade Gestora do CIPP	Executar o plano básico de ações e gerenciar o funcionamento do Complexo.
Conselho de Desenvolvimento Sustentável Regional	Articular os setores envolvidos com os impactos provocados pelo CIPP e deliberar sobre ações, planos e projetos necessários à região de entorno do Complexo.
Fórum de Planejamento Participativo Regional	Envolver os diversos setores da região no debate sobre os efeitos socioeconômicos do Complexo, desenvolvendo proposições de estratégias e projetos regionais.
Consórcio Público para o Desenvolvimento Regional	Ser a instância executiva das deliberações do Conselho de Desenvolvimento Regional, garantindo esforços de planejamento, captação de recursos e execução de projetos regionais.
Associação das Empresas	Articular as empresas instaladas para a sua participação na gestão do Complexo, podendo assumir a gestão do condomínio CIPP.
Observatório do CIPP	Órgão responsável pelo monitoramento e disseminação de informações das ações e políticas públicas, permitindo amplo acompanhamento do desenvolvimento regional pela sociedade civil, empresas e demais públicos de interesse.

A estrutura proposta deverá articular-se com cada parte, complementando-se entre si nas funções propositivas, deliberativas, executivas e de monitoramento. O Conselho de Desenvolvimento Sustentável Regional, formado por representação dos três setores (público, empresarial e sociedade civil), funcionará como a instância máxima no arranjo, tendo por unidade executora de suas deliberações o Consórcio Público para o Desenvolvimento Regional, constituído pelo estado do Ceará e as prefeituras da região do CIPP.

O Conselho de Desenvolvimento Sustentável Regional deverá receber contribuições de um Fórum de Planejamento Participativo Regional amplo, formado por representações de todos os segmentos e que terá no Consórcio Público a sua estrutura de execução operacional. Esse consórcio deverá, portanto, garantir o planejamento detalhado, a captação de recursos públicos, de fomento e privados e uma estrutura de gerenciamento de projetos capazes de implementar as deliberações do Conselho, devendo, também, apoiar o funcionamento de um observatório a ser criado com a participação das entidades de classe, academia e parlamento cearenses.

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP será gerenciado por seu Conselho Gestor, cuja principal função será aprovar um plano de ação a ser ela-

borado e implementado pela Unidade Gestora. Caberão a esse Conselho Gestor as deliberações referentes à instalação e manutenção de infraestrutura, a localização de novas empresas e outras ações necessárias ao bom funcionamento do Complexo. Tal estrutura responderá, diretamente, ao governo estadual e terá na sua composição representantes do estado, das prefeituras de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, das empresas componentes do Complexo e do Conselho de Desenvolvimento Sustentável Regional.

Figura – Modelo de Governança Regional

## Modelo de Governança Regional

### Autonomia | CIPP

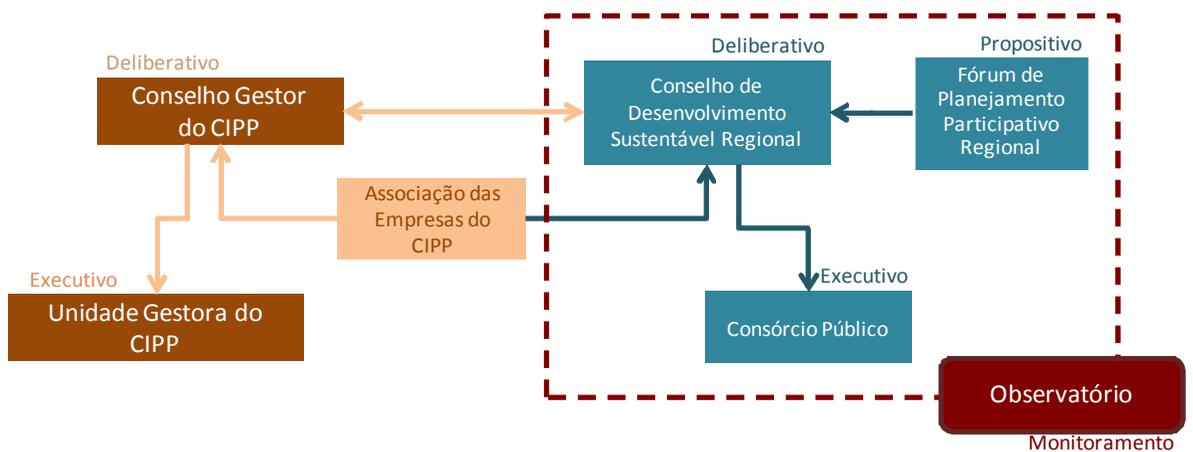
Estabelece a gestão das questões inerentes aos integrantes que compõem o CIPP: empresas, governo do estado e municípios, como por exemplo:

- vocação e ocupação do CIPP;
- infraestrutura e serviços necessários ao funcionamento do CIPP;
- atividade e serviços comuns às empresas que se instalam ao CIPP.

### Articulação | Entorno

Estabelece a gestão dos efeitos socioeconômicos regionais do CIPP, compartilhando as responsabilidades junto aos setores impactados por ele.

- Infraestrutura necessária para atender as demandas sociais adicionais promovidas pelas empresas do CIPP.
- Ordenamento territorial e mobilidade da região.
- Questões sociais resultantes do impacto da implantação e operação das empresas do CIPP.



No sistema proposto, o gerenciamento deverá, ainda, contar com a participação ativa da associação das empresas do complexo, entidade privada que terá a missão de articular e representar o conjunto de empresas instaladas no complexo, participando dos conselhos propostos. Essa associação deverá responsabilizar-se pela formação do regimento interno do condomínio industrial do CIPP.

O observatório deverá desempenhar uma das funções necessárias à transparência das informações sobre o complexo e a gestão regional, facilitando a participação no monitoramento e controle social sobre o CIPP e seus impactos. Consistirá na construção de um portal digital, contemplando uma rede de instituições (que precisam ser fortalecidas para definição e construção dos dados), divulgando dados diversos que serão utilizados para a elaboração de análises e acompanhamento das políticas públicas na região, facilitando a participação e o controle social.

Tal estrutura deverá possuir independência administrativa e ser mantida por recursos oriundos de acordo entre os diversos setores componentes da gestão: consórcio estado-municípios, entidades de classe e integrando os diversos bancos de dados como o desenvolvido pelo Ipece, outras informações oriundas da Adece e a participação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

O conjunto funcional do sistema proposto encontra-se resumido no quadro seguinte:

**Quadro - Resumo das Funções das Instâncias Componentes do CIPP**

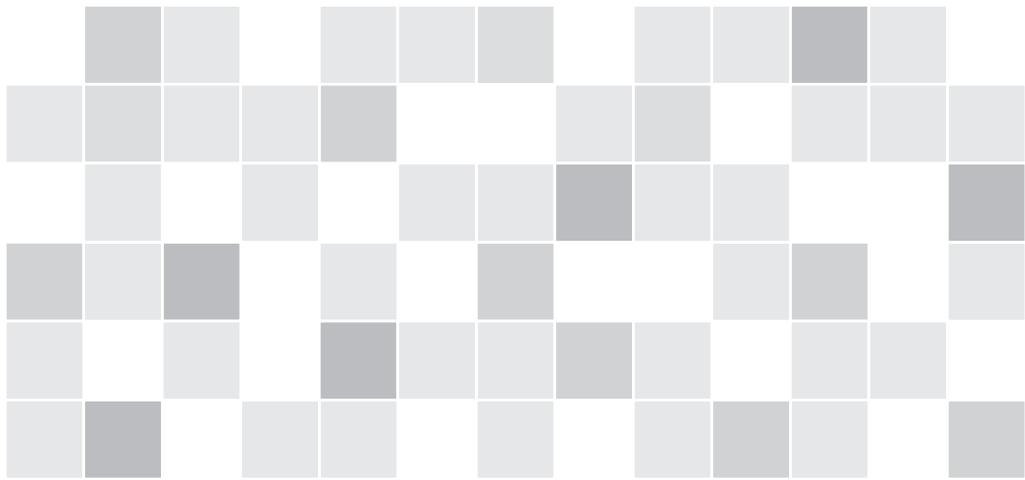
FUNÇÕES DE GESTÃO	Conselho Gestor do CIPP	Unidade Gestora do CIPP	Conselho de Desenvolvimento Sustentável Regional	Consórcio Público	Fórum de Planejamento Participativo Regional	Observatório	Associação de empresas
	Estrutura vinculada ao governo do estado	Unidade vinculada ao governo do estado	Estrutura pública criada por lei	Unidade criada pelos entes consorciados	Espaço para interlocução da sociedade	Unidade independente mantida pelos parceiros	Entidade representativa das empresas
<b>Deliberação</b>	Sobre o PBA CIPP	-	Sobre priorização de projetos articulados para a gestão dos efeitos regionais do CIPP	-	-	-	Sobre competências definidas no seu estatuto
<b>Execução</b>	-	Executa o PBA	-	Implementa projetos na região	-	-	-
<b>Informação</b>	-	-	Articula instituições na produção de dados e informações	-	Recebe e dissemina informações sobre os projetos regionais	Elabora análises e acompanha as políticas públicas	-
<b>Consulta</b>	Sobre o PBA e empreendimentos	-	-	-	-	-	-
<b>Proposição</b>	Propõe ações para o PBA	-	-	-	Propõe diretrizes, projetos para região	-	-
<b>Planejamento</b>	-	Elabora o PBA	-	Elabora planos e projetos	-	-	-
<b>Monitoramento</b>	-	-	-	-	Acompanha o desenvolvimento	Produz informações	-
<b>Articulação</b>	-	-	Articula as demais instâncias	-	Articula a sociedade da região	--	Articula empresas
<b>Gerenciamento</b>	-	Gerencia a unidade do CIPP	-	Gerencia projetos – secretaria Fórum	-	-	-
<b>Captação de recursos</b>	-	-	-	Capta recursos – diversas fontes	-	-	-

A seguir um quadro resumo descrevendo as principais atribuições, composição atual, ou proposta no caso de criação, e as proposições geradas nas discussões para cada uma das instâncias necessárias ao sistema de gestão do CIPP.

INSTÂNCIA	ATRIBUIÇÕES	COMPOSIÇÃO	PROPOSIÇÃO
<p><b>Conselho Gestor do CIPP</b></p> <p>(Criado pela Lei nº 15.083 de 21/12/2011)</p>	<p>Contribuir, referendar e acompanhar o Plano Básico de Ação – PBA do CIPP, bem como opinar, previamente, a qualquer órgão ou entidade estadual, sobre a instalação de empreendimentos industriais e empresas no CIPP e sobre quaisquer equipamentos no seu entorno, relacionados ao CIPP.</p>	<p>33 representantes de órgãos governamentais e das representações empresariais e de trabalhadores.</p>	<p>Rever a lei – redefinir a composição.</p>
<p><b>Conselho de Desenvolvimento Sustentável Regional</b> (proposta)</p>	<p>Articular os setores, diretamente, impactados pelo CIPP e deliberar sobre a integração e priorização de investimentos e projetos voltados para o desenvolvimento regional e a gestão dos impactos socioeconômicos regionais do CIPP.</p>	<p>Organização tripartite: representantes governamentais (governo do estado e dos municípios). Representantes da iniciativa privada (empresas-âncoras do CIPP e instituições representativas dos interesses empresariais da região). Sociedade Civil (representantes dos interesses locais e representantes estaduais)</p>	<p>Criar o conselho através de lei</p>
<p><b>Fórum de Planejamento Participativo Regional</b> (proposta)</p>	<p>Articular os diversos setores envolvidos com o desenvolvimento regional para aprofundar o debate dos efeitos regionais do CIPP, bem como propor diretrizes e articular estratégias e ações, a partir de uma visão regional. Espaço de recebimento e disseminação das informações sobre os projetos regionais (devolutiva).</p>	<p>Poder executivo do Governo do Estado e dos governos municipais Poder Legislativo do Estado do Ceará (Pacto pelo Pecém) e dos municípios; Conselhos de Políticas Públicas e representantes da sociedade civil da/na região; empresas do CIPP, instituições representativas das empresas locais e da região; Ministério Público Estadual</p>	<p>Criar o fórum</p>

INSTÂNCIA	ATRIBUIÇÕES	COMPOSIÇÃO	PROPOSIÇÃO
<b>Consórcio Público para o Desenvolvimento Regional</b> (Proposto)	Executar projetos integrados voltados para o desenvolvimento regional e enfrentamento dos desafios do CIPP, garantindo mecanismos de planejamento e gerenciamento de projetos e captação de recursos públicos, de fomento e privados	Governo do Estado e prefeituras dos municípios do entorno	Criar o consórcio
<b>Unidade Gestora</b>  (Criada pela Lei nº 15.083 de 21/12/2011)	Planejar, articular, executar e avaliar as ações para garantir a implantação e o pleno funcionamento do CIPP, em sua área específica, bem como nas diferentes áreas do entorno, a serem definidas por Decreto do chefe do poder executivo, de modo a garantir a adequação e a sustentabilidade de condições sociais, ambientais e de infraestrutura.  Propor o Plano Básico de Ação para o CIPP e áreas do entorno - PBA, e executá-lo após ser referendado pelo conselho gestor e homologado pelo Governador do Estado.  Realizar gestões junto aos órgãos da administração federal, instâncias municipais e entes privados instalados no CIPP, visando a articular ações para o pleno funcionamento do CIPP e realização do PBA;	I - Presidência; II - Diretoria de Planejamento e Gestão; III - Diretoria de Sustentabilidade Socioambiental; IV - Diretoria de Infraestrutura; V - Ouvidoria.  § 1º As funções referidas neste artigo serão exercidas por cargos, em comissão, de livre nomeação pelo Governador do Estado, e seus ocupantes exercerão suas atividades em caráter exclusivo.  § 2º A Unidade Gestora poderá propor alterações em sua estrutura, desde que compatíveis com seus objetivos de excelência na gestão do CIPP e áreas de entorno, devendo ser referendadas pelo Conselho Gestor e aprovadas pelo Governador do Estado.	Implantar.  Rever a lei adequando suas competências e atribuições.

INSTÂNCIA	ATRIBUIÇÕES	COMPOSIÇÃO	PROPOSIÇÃO
Associação de Empresas do CIPP (Organização em construção)	Articular e representar o conjunto de empresas instaladas no complexo, participando dos conselhos propostos. Essa associação deverá responsabilizar-se pela formação do regimento interno do condomínio industrial do CIPP.	Empresas instaladas no Complexo.	Criar a associação.
Observatório do CIPP	Articular instituições capazes de produzir e captar dados e informações sobre as temáticas socioeconômicas relacionados ao CIPP e ao desenvolvimento regional, garantindo mecanismos de captação, sistematização, avaliação e divulgação de dados e informações	Rede de instituições produtoras e avaliadoras de dados e informações socioeconômicas	Criar e manter o observatório.



SÍNTESE DE AÇÕES  
PROPOSTAS A CADA  
INSTITUIÇÃO DO  
PACTO DO PECÉM



## SÍNTESE DE AÇÕES PROPOSTAS ÀS INSTITUIÇÕES DO PACTO PELO PEGÉM

COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO	AÇÕES
<b>Agências Regional e Municipais de Desenvolvimento</b>	4.1.3. Mapear as atividades econômicas que já vêm sendo desenvolvidas e as atividades potenciais.
	4.1.4. Criar agenda com previsão de identificação dos arranjos produtivos existentes (preliminar) e potenciais.
	4.1.5. Criar políticas de valorização dos arranjos produtivos rurais e atividades, tradicionalmente, urbanas nos aspectos de infraestrutura física do setor produtivo.
<b>Associação de Prostitutas do Estado do Ceará (Aproce)</b>	2.3.1. Criação do Fórum na área do CIPP, construção e implantação do plano de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.
<b>Aufam</b>	2.3.1. Criação do fórum na área do CIPP, construção e implantação do plano de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.
<b>Banco do Nordeste (BNB)</b>	4.2.2. Disseminar a cultura empreendedora, industrial e de inovação junto às comunidades.
	4.3.5. Adequar as linhas de financiamento de pesquisa à produção e à adoção de novas tecnologias.
<b>BNDES</b>	4.3.5. Adequar as linhas de financiamento de pesquisa à produção e à adoção de novas tecnologias.
<b>Cagece</b>	3.1.3. Implantar o projeto de reúso de águas da Cagece.
	3.1.6. Universalizar o sistema de saneamento básico para toda área do CIPP.
	3.1.7. Viabilizar a construção do emissário submarino.
	3.1.9. Desenvolver projeto de reúso do esgoto bruto.

4.2.1 Integrar as iniciativas referentes ao empreendedorismo local através do Programa de Desenvolvimento Regional (PDR).

4.2.10. Qualificar os fornecedores da cadeia produtiva através do Programa de Desenvolvimento Regional (PDR). (Investidores entram com a apresentação de sua demanda).

4.2.3. Fomentar o associativismo através do Programa de Desenvolvimento Regional (PDR)

4.2.1. Fomentar consórcios, parcerias e jointventures entre empresas para a formação/fortalecimento da cadeia produtiva.

4.2.9. Promover a atração de empresas detentoras de tecnologia.

**CEDE/Adece (Coordenação)**

5.2.1. Criar um observatório das empresas do CIPP com o objetivo de identificar e estruturar as demandas de negócios.

5.2.2. Fortalecer a comunicação e o associativismo junto às entidades de classe, visando a aproximar a oferta e a demanda no CIPP via PDR e escritórios regionais das instituições.

4.2.11. Promover a divulgação das políticas públicas de atração de investimentos e/ou investidores.

4.2.5. Criar ferramenta digital para promover a integração entre fornecedores, investidores, instituições de fomento, governo.

4.3.3. Aproximar as câmaras de comércio internacionais e as câmaras setoriais das empresas.

4.3.6. Desenvolver incentivos fiscais para adoção de novas tecnologias.

**CEDE/Adece  
Câmaras setoriais**

4.1.2. Identificar as demandas das cadeias produtivas, utilizando as informações já levantadas (portadores do futuro, diagnóstico do Sebrae e outros).

4.2.9. Promover a atração de empresas detentoras de tecnologia.

**COORDENAÇÃO /  
EXECUÇÃO****AÇÕES**

Cogerh (SRH-Cogerh)	1.1.26. Desenvolver programa permanente de educação ambiental voltado para o uso racional em recursos hídricos nas bacias hidrográficas cearenses.
	1.1.3. Operar e manter os sistemas hídricos: acompanhamento das demandas e ofertas de água bruta dos usuários na região do CIPP e seu entorno.
	1.1.8. Implementar os instrumentos de gestão dos recursos hídricos (específico sub-bacia do Cauípe e Generaú).
Conpam	1.1.13. Compatibilizar os limites divulgados e/ou sinalizados das unidades de conservação estaduais ou não, que integram o mosaico das UC com os memoriais descritivos dos decretos de criação dessas UC.
	1.1.14. Desenvolver projeto para realização de estudos e elaboração dos documentos necessários à criação e implantação de mosaico de unidades de conservação no entorno do CIPP, elaboração do plano estratégico de orientação e consolidação do mosaico proposto, bem como o detalhamento do eixo meio ambiente do Plano Básico de Ação para o CIPP (PBA)
	1.1.15. Implementar o mosaico de Unidades de Conservação da área.
	1.1.16. Elaborar uma agenda programática de atividades ou modalidades ecoturísticas permitidas, com regulamentação adequada, buscando conciliar as demandas das comunidades locais e a dos investidores dos setores industrial e turístico.
	1.1.17. Solucionar os problemas fundiários.
	1.1.18. Implantar o corredor para fuga de fauna, conectando Estação Ecológica do Pecém e Área de Proteção Ambiental Lagamar do Cauípe, bem como renovação das cercas da ESEC Pecém, colocação de marcos e placas, sinalização, manutenção de equipes de funcionários, etc.
	1.1.19. Criar unidades de conservação no estado do Ceará.
	1.1.20. Rever a delimitação do Parque Botânico, para incluir, pelo menos, o trecho de mangue contíguo ao Parque, bem como as áreas de antigas salinas que margeiam seu limite oeste.
	1.1.25. Realizar cursos de capacitação para agentes multiplicadores e palestras informativas e educativas em comunidades, associações e ONGs.
	1.1.27. Aprovar o Programa de Educação para a Sustentabilidade (PES-CSP) do CIPP na Câmara de Compensação Ambiental, pleiteando maior volume de recursos para o CIPP e seu entorno.

COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO	AÇÕES
Conpam	<p>1.1.28. Criar uma instrução normativa incluindo regras para garantir uma maior transparência na distribuição dos recursos oriundos de taxa de compensação ambiental pelas empresas implantadas no CIPP</p> <hr/> <p>1.1.33. Instrumentalizar o CID ambiental com acervo bibliográfico e equipamentos de Tecnologia da Informação e capacitação de equipes para gestão de informação e documentação ambiental.</p> <hr/> <p>1.2.1. Corrigir os decretos de criação das Unidades de Conservação Estaduais presentes nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, que compõem o mosaico de UCs no entorno do CIPP.</p> <hr/> <p>1.2.2. Criar regulamentação estadual normatizando os Conselhos Gestores das UCs Estaduais (Instrução Normativa) e decreto informando que os mesmos passarão a ser criados através de portarias do Conpam.</p> <hr/> <p>1.2.3. Rever, complementar e corrigir os planos de manejo das UCs do futuro mosaico a ser criado no entorno do CIPP, correlacionando os estudos, e publicação Oficial dos mesmos.</p> <hr/> <p>1.2.4. Cumprir as recomendações da Auditoria Operacional do TCE – Ato da Presidência nº 3/2011, (Ver Anexo 1).</p> <hr/> <p>1.3.7. Aprovar o Programa de Educação para a Sustentabilidade do CIPP na Câmara de Compensação Ambiental, pleiteando maior volume de recursos para o CIPP e seu entorno.</p> <hr/> <p>2.3.3. Implantar núcleos de mediação comunitária nas áreas afetadas pelo CIPP.</p>
Conselho da Região Metropolitana	<p>1.1.30. Integrar os planejamentos dos municípios integrantes do CIPP.</p> <hr/> <p>1.1.31. Integrar e alinhar a legislação ambiental existente no CIPP e demais municípios do entorno imediato e da zona costeira integrada conforme a Lei Federal nº 9.985, de 18 de junho de 2000.</p> <hr/> <p>3.1.25. Alinhar a política de zonas de planejamento territorial.</p> <hr/> <p>3.1.28. Realizar o congelamento dos limites urbanos nos municípios, definindo áreas para concentração de infraestrutura.</p> <hr/> <p>3.1.29. Congelar áreas problemáticas e definir vetores de crescimento buscando o alinhamento das políticas da área (Caucaia, São Gonçalo e CIPP)</p>
CSP	<p>2.2.2. Promover articulação e dar continuidade aos programas de: Gestão Pública de Eficaz e Governança Regional entre as instituições da região.</p>

COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO	AÇÕES
Empresas do CIPP	<p>1.1.18. Auxiliar na implantação do corredor para fuga de fauna, conectando Estação Ecológica do Pecém e Área de Proteção Ambiental Lagamar do Cauípe, bem como renovação das cercas da ESEC Pecém, colocação de marcos e placas, sinalização, manutenção de equipes de funcionários, e outros.</p> <hr/> <p>4.3.3. Aproximar as câmaras de comércio internacionais e as câmaras setoriais das empresas.</p> <hr/> <p>2.5.1. Conhecer o perfil e quantidade da mão de obra atuante hoje nas empresas do CIPP, passíveis de desmobilização.</p> <hr/> <p>2.5.2. Articular com secretarias de educação e FIEC as demandas de mão de obra.</p>
Entidades de Classe	<p>4.2.1 Integrar as iniciativas referentes ao empreendedorismo local através do Programa de Desenvolvimento Regional (PDR)</p> <hr/> <p>4.2.1. Fomentar consórcios, parcerias e jointventures entre empresas para a formação/fortalecimento da cadeia produtiva.</p> <hr/> <p>4.2.10. Promover a qualificação dos fornecedores das cadeias produtivas através do Programa de Desenvolvimento Regional (PDR).</p> <hr/> <p>4.2.11. Promover a divulgação das políticas públicas de atração de investimentos e/ou investidores.</p> <hr/> <p>4.2.2. Disseminar a cultura empreendedora, industrial e de inovação junto às comunidades.</p> <hr/> <p>4.2.3. Fomentar o associativismo através do Programa de Desenvolvimento Regional (PDR).</p> <hr/> <p>4.2.5. Criar ferramenta digital para integração entre fornecedores, investidores, instituições de fomento e governo.</p> <hr/> <p>4.2.9. Promover a atração de empresas detentoras de tecnologia.</p> <hr/> <p>4.3.3. Aproximar as câmaras de comércio internacionais e as câmaras setoriais das empresas.</p> <hr/> <p>5.2.1. Criar um observatório das empresas do CIPP com o objetivo de identificar e estruturar as demandas de negócios.</p> <hr/> <p>5.2.2. Fortalecer a comunicação e o associativismo junto às entidades de classe visando a aproximar a oferta e a demanda no CIPP via PDR e escritórios regionais das instituições.</p>
FIEC	<p>4.2.1. Fomentar consórcios, parcerias e jointventures entre empresas para a formação/fortalecimento da cadeia produtiva.</p> <hr/> <p>4.2.11. Promover a divulgação das políticas públicas de atração de investimentos e/ou investidores.</p> <hr/> <p>4.2.5. Criar ferramenta digital para integração entre fornecedores, investidores, instituições de fomento e governo.</p> <hr/> <p>4.3.1. Formar incubadoras.</p> <hr/> <p>4.3.3. Aproximar as câmaras de comércio internacionais e as câmaras setoriais das empresas.</p>

COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO	AÇÕES
FIEC	4.3.6. Desenvolver e propor incentivos fiscais para adoção de novas tecnologias.
	5.2.2. Fortalecer a comunicação e o associativismo junto às entidades de classe visando a aproximar a oferta e a demanda no CIPP via PDR, e escritórios regionais das instituições.
	4.1.2. Identificar as demandas das cadeias produtivas, utilizando as informações já levantadas (portadores do futuro, diagnóstico do Sebrae e outros).
	4.2.9. Promover a tração de empresas detentoras de tecnologia.
	5.2.1. Criar um observatório das empresas do CIPP com o objetivo de identificar e estruturar as demandas de negócios.
FIEC (IEL)	4.3.4. Criar comitê/núcleo de inovação.
	4.2.10. Desenvolver a qualificação dos fornecedores das cadeias produtivas através do Programa de Desenvolvimento Regional (PDR).
FIEC/Senai (coordenação)	4.3.2. Aproximar centros de tecnologias e universidades e entidades de apoio à pesquisa das empresas investidoras.
	5.1.2. Definir a metodologia de acompanhamento (avaliação) dos cursos ofertados.
	5.1.4. Alinhar oferta de Formação de Profissional às demandas das indústrias do CIPP.
	5.1.5. Implementar o Plano de Capacitação com foco nas demandas atuais e futuras do CIPP.
	5.1.6. Realizar capacitações de mão de obra para reabsorção no mercado de trabalho.
GOVERNO DO ESTADO	5.1.7. Atualizar plano estratégico de capacitação coordenado pela FIEC.
	5.1.3. Integrar o PET ao plano estratégico de capacitação coordenado pela FIEC. Ampliação do programa a todo o CIPP.
	1.1.1. Implantar a unidade gestora do CIPP, conforme Lei nº 15.083/2011.
	1.1.29. Ativar o Conselho da Região Metropolitana.
	1.1.5. Dar publicidade aos licenciamentos e às condicionantes dos empreendimentos do CIPP e seu entorno.
GOVERNO DO ESTADO	3.1.25. Alinhar a política de zonas de planejamento territorial.
	3.1.26. Atualizar o Conselho da Região Metropolitana de Fortaleza.
	4.1.1. Reinstucionalizar a Secretaria das Cidades para que possa exercer as funções de desenvolvimento institucional dos municípios (consórcios, fóruns, seminários) e o apoio ao sistema produtivo local/regional nos municípios
1.1.32. Realizar concurso público e capacitação continuada do quadro técnico com implantação dos planos de cargos e carreira das instituições.	

COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO	AÇÕES
Ibama	1.1.6. Estruturar um núcleo responsável pela gestão ambiental do CIPP.
	1.1.2. Implantar o monitoramento ambiental do CIPP de forma integrada e dando publicidade aos dados.
	1.1.21. Desenvolver ações de extensão social e tecnológica nas áreas de interesse do CIPP.
	1.1.23. Disseminar pesquisa aplicada, bem como a transferência de tecnologia.
IFCE	1.1.24. Promover uma maior interação com o setor industrial, visando às trocas de experiências, à compatibilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
	4.3.1. Formar incubadoras.
	4.3.4. Criar comitê/núcleo de inovação.
	5.1.5. Implementar o plano de capacitação com foco nas demandas atuais e futuras do CIPP.
	5.1.6. Realizar capacitações de mão de obra para reabsorção no mercado de trabalho.
Instituições de educação profissional. (IFCE, SENAI e Escolas Profissionalizantes).	5.1.7. Atualizar plano estratégico de capacitação coordenado pela FIEC.
	5.1.3. Integrar o PET ao plano estratégico de capacitação, coordenado pela FIEC. Ampliação do programa a todo o CIPP.
	5.1.4. Alinhar oferta de formação de profissional às demandas das indústrias do CIPP.
	4.2.2. Sensibilizar as comunidades para a cultura empreendedora através da disseminação da cultura empreendedora, industrial e de inovação.
	4.3.1. Formar de incubadoras.
Instituições de Ensino e Pesquisa	4.3.4. Criar comitê/núcleo de inovação.
	4.3.5. Adequar as linhas de financiamento de pesquisa à produção e à adoção de novas tecnologias.
	4.3.2. Aproximar centros de tecnologias e universidades e entidades de apoio à pesquisa das empresas investidoras.
Instituto Agropolos	5.2.2. Fortalecer a comunicação e o associativismo junto às entidades de classe visando a aproximar a oferta e a demanda no CIPP, via PDR, e escritórios regionais das instituições.
	4.2.10. Desenvolver a qualificação dos fornecedores das cadeias produtivas através do Programa de Desenvolvimento Regional – PDR.
Investidores	4.2.5. Criar ferramenta digital para integração entre fornecedores, investidores, instituições de fomento, governo
	4.2.9. Promover a atração de empresas detentoras de tecnologia
	4.3.1. Formar incubadoras.

COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO	AÇÕES
Investidores	<p>4.3.2. Aproximar centros de tecnologias e universidades e entidades de apoio à pesquisa das empresas investidoras.</p> <p>4.3.5. Adequar as linhas de financiamento de pesquisa à produção e à adoção de novas tecnologias.</p>
Ipece	<p>4.1.2. Identificar as demandas das cadeias produtivas utilizando as informações já levantadas (portadores do futuro, diagnóstico do Sebrae e outros).</p> <p>5.2.1. Participar da criação de um observatório do CIPP.</p>
Instituto de Ciências do Mar da UFC	<p>1.2.3. Revisar, complementar e corrigir os planos de manejo das UCs do futuro mosaico a ser criado no entorno do CIPP, correlacionando os estudos e publicação oficial dos mesmos.</p>
MCTI	<p>4.3.6. Desenvolver incentivos fiscais para adoção de novas tecnologias</p>
Municípios/ Secretaria Municipal de Cultura	<p>2.4.1. Mapear e identificar as manifestações culturais, atividades e saberes tradicionais e contemporâneos.</p> <p>2.4.2. Promover a ocupação e utilização ativa dos espaços já existentes: Jardim Botânico, Centro de Informação e Convivência (CIC), Estação Ecológica, ABC, quadras e ginásios, por meio de ações esportivas, culturais, educacionais e intergeracional, proporcionando novos caminhos para o desenvolvimento do ser humano.</p> <p>2.4.3. Reconhecer, estruturar e fortalecer as manifestações culturais, atividades tradicionais e saberes, por meio da articulação, integração e financiamento de grupos, atividades, pontos de cultura e capacitação (cinema, teatro, circo, etc.).</p> <p>2.4.4. Disseminar a cultura do lugar, através de adequações curriculares, publicações, ações de disseminação em veículos de mídia, eventos, etc.</p> <p>2.4.5. Criar equipamentos e políticas que promovam a diminuição da desigualdade cultural, como: cinema, teatro, campeonatos esportivos, festivais, etc.</p> <p>2.4.6. Promover ações de trocas e integração cultural entre os moradores e as diferentes culturas que passam a coexistir na região, impulsionados pelo processo industrial da região.</p>
Municípios/ Secretaria de Assistência Social	<p>2.2.11. Ampliar os equipamentos) da assistência social de proteção social básica, proteção social especial na área do CIPP e em seu entorno(CRAS, CREAS e Centro Pop);</p> <p>2.2.4. Disseminar os indicadores sociais municipais entre as secretarias. Ex: protalodm.com.br</p> <p>2.2.5. Cumprir as metas estabelecidas no plano de providências dos CRAS.</p> <p>2.2.7. Cofinanciar benefícios eventuais .</p>
Municípios/ Secretaria de Planejamento	<p>3.1.26. Atualizar o Conselho da Região Metropolitana de Fortaleza.</p> <p>1.1.27. Identificar os pontos necessários ao alinhamento nos planos diretores municipais.</p> <p>3.1.31. Promover a rotação de infraestrutura para o saneamento.</p>

COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO	AÇÕES
Municípios/ Secretaria de Planejamento	<p>1.1.30. Promover a integração dos planejamentos dos municípios integrantes do CIPP.</p> <hr/> <p>1.1.32. Realizar concurso público e capacitação continuada do quadro técnico com implantação dos planos de cargos e carreira das instituições municipais, ou sua criação onde ainda não existem.</p>
Municípios/ Unidades de Desenvolvimento Econômico	<p>3.1.6. Universalizar o sistema de saneamento básico para toda área do CIPP.</p> <hr/> <p>4.1.2. Criar uma Agência de Desenvolvimento Regional com escritórios nas prefeituras.</p> <hr/> <p>4.2.1 Integrar as iniciativas referentes ao empreendedorismo local através do Programa de Desenvolvimento Regional (PDR).</p> <hr/> <p>4.2.11. Promover a divulgação das políticas públicas de atração de investimentos e/ou investidores.</p> <hr/> <p>4.2.2. Disseminar a cultura empreendedora, industrial e de inovação junto às comunidades.</p> <hr/> <p>4.2.3. Fomentar o associativismo através do Programa de Desenvolvimento Regional (PDR).</p> <hr/> <p>4.2.6. Estruturar o espaço do pequeno empreendedor</p> <hr/> <p>4.2.4. Formar empreendedores.</p> <hr/> <p>4.2.7. Acompanhar e apoiar a gestão de negócios já existentes.</p> <hr/> <p>4.2.9. Promover a atração de empresas detentoras de tecnologia.</p>
Municípios/Secretaria Municipal de Meio Ambiente	<p>1.1.13. Compatibilizar os limites divulgados e/ou sinalizados das unidades de conservação estaduais ou não, que integram o mosaico com os memoriais descritivos dos decretos de criação dessas UCs.</p> <hr/> <p>1.1.16. Elaborar uma agenda programática de atividades ou modalidades ecoturísticas permitidas, com regulamentação adequada, buscando conciliar as demandas das comunidades locais e a dos investidores dos setores industrial e turístico.</p> <hr/> <p>1.1.19. Criar Unidades de Conservação (UCs).</p> <hr/> <p>1.1.16. Elaborar uma agenda programática de atividades ou modalidades ecoturísticas permitidas, com regulamentação adequada, buscando conciliar as demandas das comunidades locais e a dos investidores dos setores industrial e turístico.</p> <hr/> <p>1.2.13. Implementar o Parque Natural Municipal de São Gonçalo do Amarante.</p> <hr/> <p>1.1.2. Implantar o monitoramento ambiental do CIPP de forma integrada e dando publicidade aos dados</p>

COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO	AÇÕES
Municípios/Secretaria Municipal de Meio Ambiente	1.1.33. Instrumentalizar o CID Ambiental com acervo bibliográfico e equipamentos de Tecnologia da Informação e capacitação de equipes para gestão de informação e documentação ambiental.
Municípios/Secretaria Municipal de Meio Ambiente	1.1.34. Reestruturar as entidades ambientais, ou criar, quando for o caso, para o exercício de suas atribuições.
Municípios/Secretaria Municipal de Meio Ambiente	1.1.31. Integrar e alinhar a legislação ambiental existente no CIPP e demais municípios do entorno imediato e da zona costeira integrada conforme a Lei Federal nº 9.985, de 18 de junho de 2000.
Municípios/Secretaria de Saúde	2.3.2. Ampliar os serviços de saúde mental com especificidade ao tratamento do uso abusivo de álcool e outras drogas.
Municípios/Secretaria Municipal de Educação	2.1.1. Dimensionar e localizar a necessidade de escolas ao tamanho da população atual e futura, definindo um cronograma.
Municípios/Secretaria Municipal de Educação	2.1.2. Adequar as escolas já existentes nos seus aspectos físicos, gerenciais e pedagógicos.
Municípios/Secretaria Municipal de Educação	2.1.3. Ampliar o funcionamento de escolas abertas (utilização dos horários disponíveis para atividades extracurriculares com a comunidade)
Municípios/Secretaria Municipal de Educação	2.1.4. Aperfeiçoar o currículo e melhorar a qualidade do ensino.
Núcleo de Práticas Ed. de Paracuru	2.2.3. Implantar o “plano viver seus limites” do núcleo de Práticas Educacionais Inclusivas e Acessíveis de Paracuru.
Nutec/UFC	4.3.1. Formar incubadoras.
SCidades	3.1.23. Determinar as ações imediatas para atendimento da mobilidade dos trabalhadores/população que já atuam na região, tais como criação de linhas com horários regulares.
SCidades	3.1.24. Realizar a integração das ações já executadas e em execução, através de um Plano Diretor para a Região Metropolitana e cidades do entorno (São Luiz do Curu, Paracuru, Paraipaba e Trairi).
SCidades	3.1.8. Implantar o aterro industrial e o plano integrado de gerenciamento de resíduos sólidos e saneamento ambiental.
SCidades	3.1.22. Proceder o diagnóstico com mapeamento das ações já executadas, em execução e em planejamento para atendimento da mobilidade no entorno do CIPP.
SCidades	3.1.6. Universalizar o sistema de saneamento básico para toda área do CIPP.
SCidades	3.1.21. Realizar pesquisa de origem-destino consoante com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do CIPP, incluindo projeções para futuras demandas.

COORDENAÇÃO /  
EXECUÇÃO

AÇÕES

	2.5.5. Incentivar uma cultura de empreendedorismo na região.
	2.5.8. Aplicar o plano emergencial de qualificação profissional de forma coordenada com as agendas de desmobilização das empresas.
	4.2.1 Integrar as iniciativas referentes ao empreendedorismo local, através do Programa de Desenvolvimento Regional (PDR).
	4.2.1. Fomentar consórcios, parcerias e jointventures entre empresas para a formação/fortalecimento da cadeia produtiva.
	4.2.10. Promover a qualificação dos fornecedores das cadeias produtivas, através do Programa de Desenvolvimento Regional – PDR.
	4.2.2. Disseminar a cultura empreendedora, industrial e de inovação junto às comunidades.
Sebrae	4.2.3. Fomentar o associativismo, através do Programa de Desenvolvimento Regional – PDR.
	4.2.5. Criar ferramenta digital para integração entre fornecedores, investidores, instituições de fomento, governo.
	5.2.1. Criar um observatório das empresas do CIPP com o objetivo de identificar e estruturar as demandas de negócios
	5.2.2. Fortalecer a comunicação e o associativismo junto às entidades de classe, visando a aproximar a oferta e a demanda no CIPP, via PDR e escritórios regionais das instituições.
	5.2.3. Elaborar e executar o plano de qualificação de fornecedores.
	4.2.4. Formar empreendedores
	4.2.7. Acompanhar e apoiar a gestão de negócios já existentes.
	4.2.8. Fomentar surgimento de microempresas.
	4.3.2. Aproximar centros de tecnologias e universidades e entidades de apoio à pesquisa das empresas investidoras.
Secitece	4.3.4. Criar comitê/núcleo de inovação.
	4.3.5. Adequar as linhas de financiamento de pesquisa à produção e à adoção de novas tecnologias.
	4.3.1. Formar incubadoras.

COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO	AÇÕES
Seduc	1.1.22. Desenvolver materiais sobre gestão ambiental do CIPP que possam ser desenvolvidos, nas escolas profissionais em forma de seminário/palestra, pelos professores das escolas.
	2.5.1. Conhecer o perfil e quantidade da mão de obra atuante hoje nas empresas do CIPP, passíveis de desmobilização.
	2.5.7. Definir um plano emergencial de qualificação do trabalhador com formação básica e profissional direcionada às necessidades das empresas.
	4.2.1 Integrar as iniciativas referentes ao empreendedorismo local, através do Programa de Desenvolvimento Regional – PDR.
	4.2.2. Disseminar a cultura empreendedora, industrial e de inovação junto às comunidades.
	4.2.4. Formar empreendedores.
	2.1.1. Dimensionar e localizar a necessidade de escolas ao tamanho da população atual e futura, definindo um cronograma.
	2.1.2. Adequar as escolas já existentes nos seus aspectos físicos, gerenciais e pedagógicos.
	2.1.3. Ampliar o funcionamento de escolas abertas (utilização dos horários disponíveis para atividades extracurriculares com a comunidade).
	2.1.4. Aperfeiçoar o currículo e melhorar a qualidade do ensino.
Sefaz	4.3.6. Desenvolver incentivos fiscais para adoção de novas tecnologias
	3.1.10. Implementar projeto de aproveitamento de biogás de resíduos e de esgotos.
	3.1.11. Desenvolver incentivos a projetos de geração de energias alternativas limpas.
	3.1.13. Instalar uma unidade gaseificadora “on-shore”.
Seinfra	3.1.14. Duplicar a BR 222.
	3.1.15. Criar vias secundárias.
	3.1.16. Construir o arco metropolitano
	3.1.17. Ampliar a rede de transportes públicos pelos municípios.
	3.1.21. Realizar pesquisa de origem-destino consoante com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do CIPP, incluindo projeções para futuras demandas.
3.1.23. Determinar as ações imediatas para atendimento da mobilidade dos trabalhadores/população que já atuam na região, tais como criação de linhas com horários regulares.	

COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO	AÇÕES
Seinfra	<p>3.1.24. Realizar a integração das ações já executadas e em execução através de um Plano Diretor para a Região Metropolitana e cidades do entorno (São Luiz do Curu, Paracurú, Paraipaba e Trairi)</p> <hr/> <p>3.1.22. Proceder o diagnóstico com mapeamento das ações já executadas, em execução e em planejamento para atendimento da mobilidade no entorno do CIPP.</p> <hr/> <p>4.3.4. Criar comitê/núcleo de inovação.</p> <hr/> <p>1.1.4. Agilizar junto a sede do Ibama, em Brasília, a obtenção das licenças ambientais do CIPP.</p> <hr/> <p>1.1.2. Implantar o monitoramento ambiental do CIPP de forma integrada e dando publicidade aos dados.</p>
Semace	<p>1.1.6. Estruturar um núcleo responsável pela gestão ambiental do CIPP.</p> <hr/> <p>1.1.7. Intensificar a fiscalização e o controle das áreas protegidas que compreendem o CIPP e seu entorno.</p> <hr/> <p>3.1.12. Ampliar a capacidade e capilaridade das redes de comunicação.</p> <hr/> <p>1.3.7. Aprovar o programa de educação para a sustentabilidade do CIPP na Câmara de Compensação Ambiental, pleiteando maior volume de recursos para o CIPP e seu entorno.</p> <hr/> <p>1.3.9. Elaborar Agenda 21 local (municípios e CIPP)</p>
Sindicato das Indústrias	<p>2.5.9. Realizar encaminhamento para novos postos de trabalho para o trabalhador que estudou no plano emergencial de qualificação profissional.</p>
SINE IDT	<p>4.3.1. Formar incubadoras</p>
SRH - Cogerh	<p>3.1.1. Concluir a implantação do Eixão das Águas através da instalação dos sifões e do conjunto de bombas na estação bombeadora do açude Castanhão.</p> <hr/> <p>3.1.2. Completar a integração do canal do trabalhador com açude Pacajus e o Eixão das Águas</p> <hr/> <p>3.1.4. Realizar estudo do aproveitamento da água do aquífero dunas.</p> <hr/> <p>3.1.5. Elaborar estudo de ampliação da oferta, através da dessalinização de água do mar.</p> <hr/> <p>4.2.1 Integrar as iniciativas referentes ao empreendedorismo local, através do Programa de Desenvolvimento Regional – PDR</p>

COORDENAÇÃO / EXECUÇÃO	AÇÕES
STDS	2.2.1. Promover capacitações continuadas nos conselhos municipais da assistência social e tutelar.
	2.2.10. Monitorar a política de assistência social nos municípios.
	2.2.11. Ampliar equipamentos da assistência social de proteção social básica, proteção social especial na área do CIPP e em seu entorno (CRAS, CREAS e Centro Pop).
	2.2.6. Promover capacitação continuada das equipes de profissionais dos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS para atuação junto às famílias.
	2.2.7. Cofinanciar benefícios eventuais .
STDS	2.2.8. Cofinanciar serviços de proteção e atendimento integral à família.
	2.2.9. Cumprir as metas estabelecidas no plano de apoio dos CRAS
	4.2.2. Sensibilizar as comunidades para a cultura empreendedora através da disseminação da cultura empreendedora, industrial e de inovação.
	4.2.3. Fomentar o associativismo através do Programa de Desenvolvimento Regional – PDR.
	4.2.4. Formar empreendedores.
	4.2.7. Acompanhar e apoiar a gestão de negócios já existentes.
	4.2.8. Fomentar surgimento de microempresas.
UECE	4.2.6. Estruturar o espaço do pequeno empreendedor
	4.3.1. Formar incubadoras.
Unidade Gestora	3.1.18. Implantar unidade do Corpo de Bombeiros
	3.1.19. Implantar unidades de pronto atendimento para acidentes graves.
	3.1.20. Construir um heliporto.
UNIVERSIDADES	5.1.1. Constituir um grupo multi institucional regular para realizar um diagnóstico (monitoramento e avaliação) das demandas do CIPP (observatório)
	4.3.4. Criar comitê/núcleo de inovação

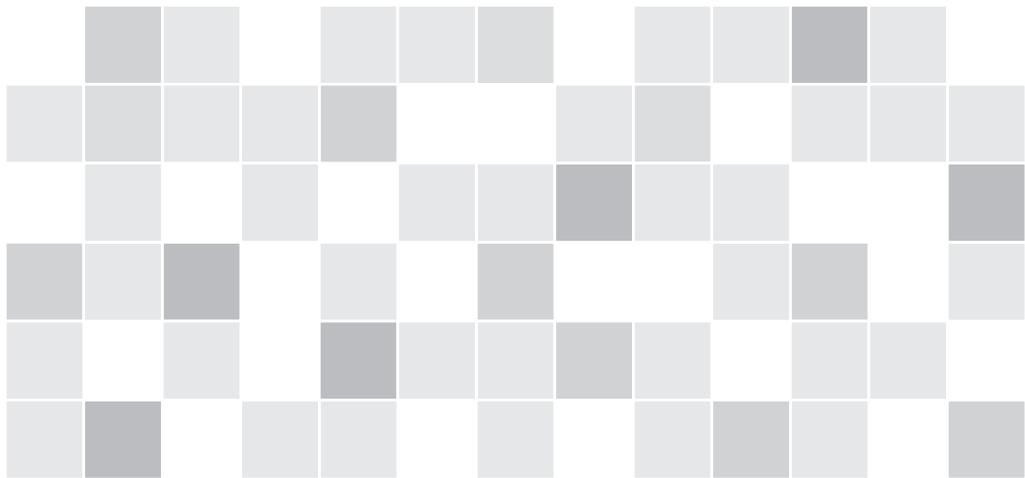
## SIGLAS UTILIZADAS

ABA	Associação Barraca da Amizade
Acesga	Associação Comercial e Empresarial de São Gonçalo do Amarante
Adece	Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará
AEDI	Associação das Empresas do Distrito Industrial de Maracanaú
AJE	Associação dos Jovens Empresários do Ceará
Aproce	Associação de Prostitutas do Estado do Ceará
Aufam	Associação União das Famílias
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
Bndes	Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social
Cagece	Companhia de Água e Esgotos do Ceará
CEDE	Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico
Centec	Instituto Centro de Ensino Tecnológico
CIC	Centro de Informação e Convivência
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
Coelce	Companhia de Energia Elétrica do Ceará
Codece	Companhia de Desenvolvimento do Ceará
Cogerh	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará
Conpam	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente do Estado do Ceará
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
Crea-Ce	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará
Creas	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
Fajece	Federação das Associações dos Jovens Empresários do Ceará

Fatene	Faculdade de Tecnologia do Nordeste
Fecomércio	Federação do Comércio
FFB	Faculdade Farias Brito
FIC	Universidade Estácio de Sá
FIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDT	Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IEP	Instituto de Educação Portal
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Indi	Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará
Ipece	Instituto de Pesquisas Econômicas do Estado do Ceará
Iplanfor	Instituto de Planejamento de Fortaleza
Labomar	Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Nutec	Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará
OAB-Ce	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará
PBA	Plano Básico de Ação
PGE-Ce	Procuradoria Geral do Estado do Ceará
PDR	Programa de Desenvolvimento Regional
PES	Programa de Educação para a Sustentabilidade
Seaconce	Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, Locação e Administração de Imóveis Comerciais, Condomínios e Limpeza Pública do Estado do Ceará
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Secitece	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior
Seduc	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
Sefaz	Secretaria da Fazenda, do Governo do Estado do Ceará
Seinfra	Secretaria da Infraestrutura do Governo do Estado do Ceará
Semace	Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará
Semurb/SGA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de São Gonçalo do Amarante
Senai	Serviço Nacional da Indústria
Senge	Sindicato dos Engenheiros do Estado do Ceará
Seplag	Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará
Sesi	Serviço Social da Indústria do Ceará
SINE/IDT	Sistema Nacional de Emprego/Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
Sintaf	Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência Social e Formação Profissional
Splatec/SGA	Secretaria de Planejamento e Tecnologia de São Gonçalo do Amarante
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará
SRTE/CE	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Ceará
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Ceará
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UC	Unidade de Conservação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFC/DEHA	Universidade Federal do Ceará - Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental
Unifor	Universidade de Fortaleza
ZPE	Zona de Processamento de Exportação





LISTA DE  
PARTICIPANTES  
DAS OFICINAS  
POR DESAFIO  
ESTRATÉGICO



## LISTA DE PARTICIPANTES DAS OFICINAS POR DESAFIO ESTRATÉGICO

Representante	Entidade	Oficinas por Desafios							II Encontro Estadual
		1	2	3	4	5	6	7	
Ademar Eugênio Cerqueira Lopes Filho	ZPE	■							■
Adriano Sarquis	Ipece			■					■
Aila Maria de Freitas Queiroz	Aufam								■
Alessandra Romano	CSP			■	■	■	■	■	
Alexandrino Diógenes	Iplanfor/PMF	■	■	■			■	■	
Alfredo Carneiro da Cunha Junior	STDS					■			
Aline Monteiro Alves	Aufam								■
Aline Parente Oliveira	Conpam								■
Ana Lúcia Eufrazio Romão	Aproce								■
Ana Lúcia F. da Silva	Projeto Petrobras								■
Ana Luiza Maia	Nutec								■
Ana Paula Costa da Silva	Associação Barraca da Amizade								■
Ana Soares de Abreu	Associação Acesga								■
Anna Maria Cavalcante	Secitece						■		
Annia Saboya	Iplanfor/PMF	■		■			■		
Antônia Claudia de Paula Lima	Prefeitura de Caucaia								■
Antonio Alberto Teixeira	Splatec/PM SGA						■	■	■
Antônio Araújo	Ibama/CE								■
Antonio Cleyton de Souza O. Filho	Aufam		■						
Antônio Cordeiro	São Gonçalo do Amarante								■
Antônio Nariudes Lima da Silva	LeoClube de Caucaia								■
Antônio Vieira de Moura	PM Caucaia/Adeca							■	■
Argeu de Andrade Leite	Casa Militar								■

Representante	Entidade	Oficinas por Desafios							II Encontro Estadual
		1	2	3	4	5	6	7	
Ariadyne Barros Luz	Núcleo Práticas Educ. Inclusivas e Acessíveis								
Arquimedes Bastos Pereira	STDS								
Beatriz Canamary	CSP								
Belino José de Moura	FIEC/Senai								
Berthyer Peixoto Lima	Cogerh								
Bosco Morais	Seinfra/Senge-CE								
Carlos Alberto Alves Nunes Filho	Tecer								
Carlos Alberto Serra dos Santos	Guarda Mun. de Caucaia								
Carlos Alberto Trindade Rebonatto	TRT – 7º Região								
Carlos Augusto Lopes Moreira	Cagece								
Carlos Augusto Oliveira Melo	Prefeitura de Caucaia								
Carlos Brasil Gouveia	Fundação Sintaf								
Carlos Edison Costa	Diretoria PT Caucaia								
Cattleya Rodrigues Guedes	Sebrae								
Christiane Cruz Pereira	Seduc								
Cicinato Furtado Santos	BNB								
Cid Blanco Junior	ONU Habitat								
Clara de Assis Gerônimo Sales	Cogerh								
Claudia Maria Meneses Brilhante Maia	Fecomercio								
Cláudio Frota	Adece								
Cristiane Lima	Seplam - Caucaia								
Cristiane Peres	CSP								
Cristina Romcy	Seinfra								
Cybele Borges de Sousa	SESI								
Cyro Régis	Seinfra								
Daniel Furlani	Fajece/AJE								

Representante	Entidade	Oficinas por Desafios							II Encontro Estadual
		1	2	3	4	5	6	7	
Daniel Pordeus	Petrobras								
Denise Maria Azevedo Ursulino	Centec - SGA								
Diego Diniz Bacelar Gomes	IDT								
Domenico Ceglia	UFC/ Estudante								
Edenise Mônica Puerari	Centec								
Edgar Monte Mariano Neto	Secitece								
Edivar A. Rocha	Casa Militar								
Edny Rodrigues	STDS								
Eduardo Nogueira Ramos Neto	ACEIC								
Eduardo Valentim	São Gonçalo do Amarante								
Elisângela Ximenes Aguiar	Prefeitura de Caucaia								
Emília C. de Moura	Aeris								
Eugênia Vale de Paula	UFC/ Estudante								
Eugenio Pacelli	Ipece								
Fátima Coelho B. Falcão	Seplag								
Felipe Szabzon	CSP								
Felipe Teles	Iplanfor								
Fernanda Noronha	AEDI								
Fernando Alves Ximenes	Gram – Eollic								
Fernando Carlos Cordeiro Alves	STDS								
Fernando Castro Alves	Simec								
Fernando César Frota Aragão	INDI/FIEC								
Fernando Damasceno	Prefeitura de SGA								
Fernando Luiz Emerenciano Viana	BNB								
Flavia de Castro e Silva	Votorantim Cimentos								
Francisca Angélica Chaves de Oliveira	SRTE/CE								

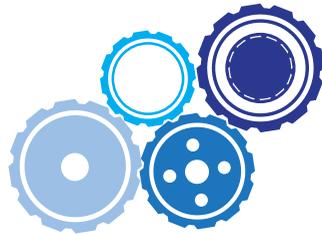
Representante	Entidade	Oficinas por Desafios							II Encontro Estadual
		1	2	3	4	5	6	7	
Francisca Jerusa Feitosa de Matos	Nutec	■							
Francisca Maria de Sousa	Associação Planalto do Cauipe								■
Francisca Ranielle de Freitas	Creas								■
Francisco Carlos Pereira Costa	IDT								■
Francisco Claudio Pinto Pinho	Prefeito de São Gonçalo do Amarante								■
Francisco de Assis Ferreira Lima	Nutec			■					
Francisco de Assis Morais Sobrinho	BNB		■						
Francisco Heronides Abraão Ramos	Sindicato dos Caminhoneiros								■
Francisco Humberto Castelo Branco	Companhia Docas do Ceará								■
Francisco Osny Enéias da Silva	UFC/DEHA			■					
Frederico França	CSP								■
Germano Parente Paluhm	Sebrae								■
Gustavo Salles	CSP		■						■
Halisson Lima Santiago	Conpam								■
Helena Grundig	CSP		■						
Helena Stela Sampaio	Faculdade FB								■
Heloisa Beatriz Cordeiro Moreira	IFCE								■
Hernesto Luz Cavalcante	MOVA-SE								■
Iêda Nadia Silva Montenegro	Nutec								■
Ilcio Rodrigo de C. Crescêncio Pereira	ZPE				■				
Inah Maria de Abreu	OAB-CE				■			■	
Jaime Ribeiro do Nascimento	Seplag Horizonte								■
Jaqueline Gomes da Silva	Associação Pessoas com Deficiências								■
Jeane Pereira Dantas	SESI					■			
Jeanete Koch	Semurb						■		
João Crisóstemo Melo Moreira	Prefeitura de Caucaia			■				■	

Representante	Entidade	Oficinas por Desafios							II Encontro Estadual
		1	2	3	4	5	6	7	
João de Deus e Silva	Sec. Desenvolvimento Econômico								
Joceli Geis	AEDI	■		■					
José Almeida S. Junior	Unifor								
José Délcio de Moraes	Secitece		■						
José Manbios	Sindicam		■						
José Martins Oliveira	Sindicam								
José Martônio Lopes de Moraes	Sucos do Brasil S/A								
José Osvaldo Correia Ferrer	Coelce								
José Ricardo Araújo Lima	Superintendente da Semace								
José Tavares Filho	Sindicam								
José Wanginaldo de Gois	Câmara Municipal São Gonçalo do Amarante								
Josenias Gomes Pereira	Seeaconce								
Julian Quintana	Pacto		■		■	■			
Juliana Alves	CSP					■	■		
Julio Cesar Alencar	Sindicam								
Jussara Camelo	STDS/SGA		■						
Kamila Nadja Braga dos Santos	Sebrae					■			
Karine Machado Campos Fontenele	SEPLAG								
Lene Simone Malveira Peixoto	Secitece	■							
Leonardo Veloso	CSP	■			■	■			
Liane Freire	Dialog Consultoria								
Lidriana Pinheiro	UFC – Labomar								
Lívia Rosas	CSP								
Lucia Alves Gurgel	Sebrae								
Lucilene dos Anjos Ribeiro	Seeaconce								
Luís Camboim	Fatene – Caucaia								

Representante	Entidade	Oficinas por Desafios							II Encontro Estadual
		1	2	3	4	5	6	7	
Luiz Araken	Faculdade Ateneu								
Luiz Araken Neves de Pinho	Faculdade Ateneu								
Luiz Carlos Mendes Dodt	Secitece								
Luiza de Marilac Rodrigues Castro	IMAC – Caucaia								
Luzia Suerlange	Nutec								
Lyttelton Rebelo Fortes	CREA-CE								
Maira Ary Wandscheer	CSP								
Manoel Ferreira	Sindicam								
Marcelo Padula	CSP								
Marcio Moreira Soares	IEP								
Maria Alice de Oliveira	Aproce								
Maria Ary Wandscheer	CSP								
Maria Aurigele Barbosa Alves	ADEL								
Maria da Conceição Freitas Mesquita	STDS								
Maria Edny Rodrigues da Silva	STDS								
Maria Lúcia Q. Coutinho	Seinfra								
Maria Tacianne Lima Araujo	Conpam								
Mariana da Silva de Lima	IFCE – Campos Caucaia								
Marilda Rocha	CEDE/Adece								
Marillac Cabral	Seinfra								
Mário Eduardo Fraga da Silva	BNB								
Mario Jorge de F. Alves	Ceará Portos								
Mary Lucia Andrade Correia	OAB-CE								
Mauro Estevam	Dialog Consultoria/ CSP								
Mauro Soares	CSP								
Miriam Fialho Barbosa	INDI/FIEC								
Miriam Raquel Fritsel	Consultora DVF								

Representante	Entidade	Oficinas por Desafios							II Encontro Estadual
		1	2	3	4	5	6	7	
Mirio Rotex João Pavan	Sindicato dos Caminhoneiros								
Monica Rabelo	IEP								
Nara de Moura Silva Gomes	ABA								
Oscar Marmolejo	Dialog Consultoria								
Ozilea Menezes	UFC- Labomar								
Paulo Celso Melo	Pacto								
Paulo Haus	Dialog Consultoria/ CSP								
Paulo Neiva	Nutec								
Paulo Roberto Rocha Perote	Aproce								
Pedro Emerson Gouveia Rodrigues	Câmara Municipal São Gonçalo do Amarante								
Pedro J. R. Vianna	INDI/FIEC								
Péricles Roberto de Lima Ferreira	Câmara Municipal São Gonçalo do Amarante								
Rafael Almeida	Nutec								
Raimundo Barroso Lutf Filho	Petrobras								
Raimundo Ferreira Façanha	FIEC/Senai								
Raimundo Teixeira	Associação Barraca da Amizade								
Rebeca Oliveira	Ceará Portos								
Reinaldo do Nascimento da Silva	SRTE/CE								
Rejane Cavalcante Sá	IFCE								
Renata Cordeiro Rodrigues	Selo Unicef Caucaia								
Renata do Nascimento Martins	Conpam								
Renata Neris Viana	Faculdade FB								
Rita Gurgel	LGA – Negócios Internacionais								
Roberto Alencar Araripe	Seinfra								
Roberto Capelo Feijó	Codece/CEDE								
Rodrigo Freitas Guimarães	IFCE								





**Pacto Pelo  
Pecém**



# Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Conselho de Altos Estudos e  
Assuntos Estratégicos

